

22

Página



NÚMERO 89
OUTUBRO 2014



QUANTO VALE?

Por que as coisas simples da vida se tornaram um luxo só

Mercado: Empresas empacotam bens até então gratuitos

Excessos: Ações contra a poluição sonora, a luminosa e a digital

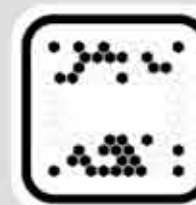
Entrevista: Uma crítica à cultura do faça-você-mesmo

AS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS ESTÃO AÍ.
JÁ PENSOU
O QUE VOCÊ TEM
A VER COM ISSO?

O Santander dá dicas e ajuda você a reduzir, calcular e compensar suas emissões de CO₂.

Saiba mais em www.santander.com.br/co2

CO₂COMPENSO



Saiba tudo sobre o Programa Reduza e Compense. Faça o download do leitor no phdmobi.com pelo celular, abra o aplicativo e fotografe este código.

SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

 **Santander**
um banco para suas ideias

Aspirações essenciais

Em tempos eleitorais, os candidatos repetem o rol de itens que pretendem garantir aos cidadãos, caso vençam nas urnas. É um momento especialmente propício para pensar em aspirações. O que desejamos? Do que precisamos? A lista pode ficar ainda mais extensa se forem incluídos os bens que gradativamente perdemos no trecho recente da linha do tempo da civilização.

Muitas das aspirações mais simples nem sequer seriam lembradas, encobertas pelo avanço tecnocientífico que dita o desenvolvimento desde a Era Moderna. Essa evolução pouco a pouco afastou o homem de sensações primordiais que o conectavam com o ambiente à sua volta, especialmente nas grandes cidades. Prazeres singelos, mas marcantes, foram literalmente ofuscados pelos excessos de luz, ruído, conectividade, estímulos de toda ordem. Perdemos em quietude, contemplação e valorização do essencial. Obviamente cada um é livre para formar seu código de valores e ter opiniões distintas sobre o que é precioso, mas falamos aqui de aspirações fundamentais, de mínimos denominadores comuns ao ser humano.

Geoffrey Miller, professor de Psicologia Evolutiva da Universidade do Novo México, dedicou as últimas páginas de seu livro *Darwin Vai às Compras*, de 2009, a divertidos testes para o leitor. Um deles especifica o quanto nossas vidas equivalem às de nossos ancestrais mais felizes. Entre os itens estão “Sentiu o sol nascente esquentar seu rosto”, “Satisfez uma sede genuína bebendo água fresca”, “Ninou um bebê recém-nascido até ele dormir”, “Consolou alguém que estava morrendo”, “Trabalhou com terra, barro, pedra, madeira ou fibra”, “Aqueceu-se junto a uma fogueira sob as estrelas”, “Sustentou um contato visual silencioso com alguém para demonstrar afeto”.

A lista do teste é grande e muitos itens pouco condizem com a vida contemporânea. O que nos faz perguntar: por que seguimos outro caminho? Dizem que somos cúmplices, não vítimas: o excesso de estímulos e o ritmo acelerado nos ajuda a não procurar sentido nem a perceber as imperfeições da vida. Boa leitura!

22

Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV
GVces
Centro de Estudos em
Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle

EDIÇÃO DE ARTE Marco Antonio
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sirio Braz (seções)
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
REVISORES José Genulino Moura Ribeiro e Kátia Shimabukuro
GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Álvaro Penachioni, Bruno Toledo, Caroline Kleinübing,
Diego Viana, Elaine Carvalho, Fabio F. Storino,
Fabio Rodrigues, Felipe Gabriel, Fernanda Macedo,
José Eli da Veiga, Karina Ninni, Leo Eloy, Magali Cabral,
Nano Gontarski, Paulo Marinuzzi, Sérgio Adeodato

ENSAIO FOTOGRÁFICO Bruno Bernardi

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrtp.com.br
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
José Eli da Veiga, Leeward Wang,
Mario Monzoni, Natália Garcia, Pedro Telles,
Roberto S. Waack, Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.800 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.

MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C044006

A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,
ADERIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Use o QR Code para acessar PÁGINA22 gratuitamente e ler esta e outras edições

Caixa de entrada

COMENTÁRIOS DE LEITORES RECEBIDOS POR E-MAIL, REDES SOCIAIS E NO SITE DE PÁGINA22

INBOX

(DESIGUALDADE ECOLÓGICA – Ed. 88)

Lideranças todas (não somente as políticas) precisam mesmo entender a questão para concluir que externalidades não é tema somente de economistas. *Antonio Isaias Ribeiro Ribeiro*

Muito oportuna a abordagem da revista de aplicar o debate sobre as desigualdades para além do espaço das rendas. *Rodrigo Nunes F.*

(PARECE, MAS NÃO É – Ed. 88)

Bom texto. Deve-se ter em conta que na teoria econômica neoclássica "capital natural" se refere apenas aos recursos passíveis de efeito econômico. Eu considero mais adequado o uso da economia ecológica na qual os serviços ambientais derivam das funções ambientais, sendo ambiental distinto de natural. *Julio Campos*

A pegada ecológica refere-se à demanda/consumo e não ao impacto, ainda que os dois possam estar relacionados, claro. *Luciana Simões*

(OS RESPONSÁVEIS PELO PATO – Ed. 88)

Arrasou! Muito bom! Direto e claro, como sempre! *Gabriella Lantos*

Cadu (*Young*) dá uma aula que deveria ser pauta obrigatória de gestores públicos e privados. O descaso com as externalidades é igualmente uma responsabilidade destes. E concordo que a indução é o único caminho para se mudar cenários. *Clovis Borges*

(VOTE EM PRECONCEITO – Ed. 88)

Amei isso! Vote em Preconceito, o candidato que acabará com aquele que parece ser o maior problema social, os outros. *Débora Barboza*



18

CAPA O que é valioso para você?

O crescimento desordenado em centros urbanos eliminou boa parte dos valores que davam prazer e nada custavam

12 Economia Verde Relato Integrado pede uma gestão colaborativa entre áreas e equipes distintas, com participação indispensável da alta liderança

14 Entrevista Martí Peran, da Universidade de Barcelona, alerta para a autoexploração no atual capitalismo, em que temos de construir nossa identidade e gerir nossas vidas por própria sorte, conta e risco

36 Excessos Enquanto o homem contemporâneo idolatra os ícones da evolução tecnológico-científica, perde qualidade de vida. Saiba quais são os efeitos das poluições sonora, luminosa e digital, e as ações para combatê-las

44 Empacotamento Empresas avançam sobre bens comuns materiais e imateriais para desenvolver novos produtos e nos convencer a pagar por aquilo que um dia já foi gratuito

SEÇÕES

CAPA: BRUNO BERNARDI

8 Notas | 9 Web | 10 Antena | 11 Brasil Adentro | 23 Análise | 35 Artigo | 49 Coluna | 50 Última

**Para nós,
sustentabilidade
é mais que um
conceito: é o resultado
das escolhas que
fazemos todos os dias.**

**Itaú. Presente no Índice
Dow Jones de Sustentabilidade
pelo 15º ano consecutivo.**

ÁGUA

Inteligência coletiva

O Instituto Jatobás, organização da sociedade civil nascida no município de Pardinho, no interior de São Paulo, criou uma iniciativa chamada Think & Do Tank Sustentabilidade (TdTSus), com objetivo de gerar e disseminar conhecimento por meio da inteligência coletiva – pesquisadores acadêmicos, dos setores público e privado e cidadãos reúnem-se para criação conjunta

de projetos voltados ao uso equilibrado dos recursos ambientais, sociais e econômicos. O primeiro trabalho do TdTSus será um documento de posicionamento sobre o uso da água, a ser lançado em novembro.

A escolha do tema deve-se não só à gravidade do problema enfrentado especialmente no estado de São Paulo mas também por se tratar de uma questão global, que

interfere na condição de vida e bem-estar das pessoas. A gestão estratégica da água, como sistema de produção, armazenamento e distribuição, baseado no balanceamento entre rede hidrográfica, serviços ambientais e pelos consumidores, tem sido discutida sob coordenação do professor José Galizia Tundisi. Participe do TdTSus em on.fb.me/1sEhctR. – **Caroline Kleinübing**

Olha isso!

FABIO F. STORINO
Doutor em Administração Pública e Governo

Voto inconsciente

"A primeira impressão é a que fica", diz o ditado. O que até pouco tempo atrás não sabíamos, entretanto, é quão pouco tempo levamos para formar essa primeira impressão. De acordo com pesquisas utilizando ressonância magnética funcional (fMRI), observar um rosto por um segundo é o bastante para que nossos cérebros façam inferências sobre a personalidade da pessoa em questão. Como isso se aplica na hora do voto?

Na última coluna ("Bilhete premiado", goo.gl/r9x5tR), abordei a questão do valor que atribuímos, ainda que de maneira inconsciente, às aparências, com consequências (em geral negativas) para outros valores caros para nós enquanto sociedade, como a igualdade de oportunidades – uma vez que a beleza não é igualmente distribuída entre a população. Em tempos de eleições, parece importante destacar o que aprendemos recentemente sobre critérios muitas vezes ocultos por trás das escolhas que fazemos sobre nossos representantes políticos.

Em 2005, pesquisadores da Universidade de Princeton testaram a capacidade que inferências instantâneas sobre rostos tinham para prever o resultado de eleições (*ver estudo em goo.gl/JH0oMe*). O experimento expôs a voluntários, por

apenas um segundo, fotos de candidatos ao Congresso americano desconhecidos por eles. Pediu-se que fossem avaliados em termos de competência, característica considerada muito importante na hora do voto. O candidato avaliado como o mais competente venceu em 72% das disputas para o Senado e 67% das disputas para a Câmara.

E mais: as inferências sobre competência não apenas previam o resultado do pleito, como estavam linearmente relacionadas com a margem de votos entre o vencedor e o perdedor (as eleições para a Câmara são majoritárias nos EUA).



Em 2008, pesquisadores da Universidade Northwestern, utilizando metodologia similar, encontraram uma diferença de critérios entre eleitores homens e mulheres na avaliação de candidatos hipotéticos (*ver estudo em goo.gl/LZK9ju*). Embora todos valorizassem aqueles percebidos como mais competentes, eleitores homens preferiram candidatas mulheres mais atraentes, enquanto eleitoras mulheres demonstraram valorizar candidatos homens mais afáveis – segundo os autores, um "atalho mental" do comportamento reprodutivo remanescente de nosso processo evolutivo.

Os modelos tradicionais de explicação do voto enfatizam elementos como alinhamento ideológico e situação da economia (crescimento premia continuidade, crises incitam a troca de comando). Tudo isso permanece válido, mas um corpo crescente de estudos vem mostrando que também há muitos critérios subjetivos envolvidos na escolha de nossos representantes, desmistificando a ideia de um "eleitor racional".

Isso diminuiria de alguma forma a importância do debate político e do confronto de ideias entre os candidatos? Decerto que não. Se para ser eleito a genética às vezes ajuda, para o exercício de governar, o poder está nas ideias.



PRATA DA CASA

Produzir gesso sem degradar a Caatinga

É possível que, em alguns anos, o Polo Gesseiro do Araripe, no sertão pernambucano, passe de um cenário de degradação severa da Caatinga para outro de manejo florestal e, depois, de completo reaproveitamento do gesso. É para isso que os empresários do setor e parceiros como o Ministério Público de Pernambuco e Ministério do Meio Ambiente têm se mobilizado.

Quase todo o gesso usado no Brasil (97%) vem dessa região, que detém a segunda maior reserva de gipsita do mundo, matéria-prima do produto. A lenha é a principal fonte de energia do processo produtivo, usada para a queima do minério em fornos de altas temperaturas. O problema é que ela vem sendo retirada indiscriminadamente da vegetação local, para abastecer a atividade gesseira – e também os fogões a lenha domésticos e a formação de forragem para a pecuária.

Até dezembro, empresários do polo – que são grandes consumidores dessa biomassa – pretendem assinar um Pacto de Sustentabilidade da Matriz Energética. Outros atores devem contribuir com a causa, como a Fundação Araripe, que estuda meios para um melhor aproveitamento da lenha. "No futuro, a intenção é diversificar a matriz usando energia solar, mas, por enquanto, a prioridade é fazer o manejo correto, fortalecendo a biomassa florestal", diz a consultora Dhyana Shamaa, da Matura, consultoria responsável por elaborar o documento e articular forças entre o poder público e o privado para reverter o quadro atual.

Em paralelo a isso, estudos buscam meios para destinar corretamente os resíduos do gesso e, mais para a frente, reaproveitá-los totalmente no processo produtivo.

Leia a íntegra da reportagem em fgv.br/ces/pagina22.

MUNDO AFORA

Sete dias de lixo

Na série *Seven Days of Garbage* (Sete Dias de Lixo), o fotógrafo americano Gregg Segal retrata pessoas rodeadas pelo lixo que produziram em uma semana. Em meio aos resíduos, muitos parecem pensativos e até constrangidos com o volume gerado. Segal queria evidenciar a relação do indivíduo com o lixo, suas escolhas, padrões de consumo e desperdícios. Para tanto, convidou para o ensaio pessoas de diferentes classes sociais e fez questão de retratar a si próprio, com a família. Desde julho, o trabalho está entre as obras expostas no The Fence 2014 - Brooklyn, um dos maiores festivais de foto e arte a céu aberto de Nova York, que se encerra em outubro. Veja em greggsegal.com.

VALE O CLICK

OLHO NOS MANDATOS

Com a *Newsletter Incancelável*, todo mês o eleitor recebe um relato das ações de quem mereceu seu voto. Basta se cadastrar gratuitamente (newsletterincancelavel.com.br). Já para dispositivos móveis, há o Acordei, aplicativo que mostra biografias, propostas e processos dos políticos e pode ser baixado pelo Google Play e Apple Store.

APP NOSSA ÁGUA

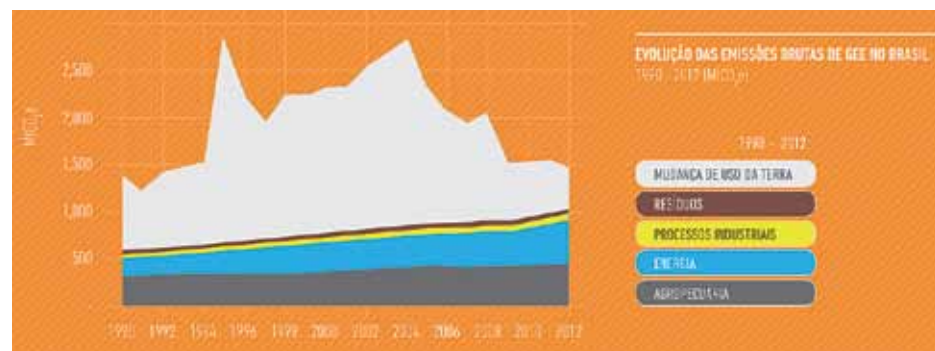
O aplicativo contabiliza os litros de água gastos no banho, traz um game sobre vazamentos e dicas de consumo consciente. Disponível para smartphones do sistema Android, até o fim do ano deve funcionar também no iOS e Windows Phone. A iniciativa é do Instituto Akatu e da Febraban.

WIKI CÍVICA

Civviki é um site focado em inovação cívica, novas tecnologias e democracia participativa. Assim como a Wikipédia, é uma ferramenta colaborativa. Recebe artigos, materiais multimídia, projetos, além de informações de instituições e ferramentas com essa finalidade e está hospedado no site do Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio de Janeiro (wiki.itsrio.org).

MODA SEM ESCRAVOS

Mais marcas foram incluídas na nova versão do Moda Livre, aplicativo da ONG Repórter Brasil que classifica a conduta das redes varejistas em relação ao trabalho escravo. Acesse em goo.gl/eK1yDx.



Estudos apontam para crescimento das emissões brasileiras

Na última década, o Brasil se destacou internacionalmente pela redução drástica de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), por meio da diminuição da taxa de desmatamento na Amazônia (queda de quase 70% entre 2004 e 2012). Essa situação colocou o País em uma posição particularmente vantajosa nas negociações internacionais do novo acordo climático global que deverá suceder o Protocolo de Kyoto, a partir de 2020.

No entanto, números apresentados pelo Observatório do Clima (OC) apontam que o aumento das emissões nacionais em setores-chave como energia, transporte, agropecuária, indústria e resíduos sólidos pode levar à reversão do quadro atual: o Brasil chegaria a 2020 com uma forte tendência de crescimento das emissões.

O documento *Análise do Panorama Atual de Emissões Brasileiras – Tendências e Desafios*, elaborado pelo OC a partir de seu Sistema de Estimativa de Emissão de GEE (Seeg), mapeou a trajetória das emissões nacionais entre 1990 e 2012 ([acesse em goo.gl/10dUWe](http://acesseemgoo.gl/10dUWe)). De acordo com o estudo, as emissões brutas brasileiras passaram de 1,39 bilhão de gigatoneladas de carbono equivalente (GtCO₂e) em 1990 para 1,48 GtCO₂e em 2012, um aumento de 7%. No mesmo período, as emissões globais cresceram 37% e passaram de 38 bilhões para 52 bilhões de GtCO₂e.

Nesses 22 anos, o perfil das emissões brasileiras (ver gráfico) também mudou: a partir de 2004, as emissões associadas à mudança no uso da terra caíram vertiginosamente (42%). No entanto, nos outros quatro setores analisados pelos estudos, observou-se uma

tendência nítida de aumento. O setor de energia foi o que apresentou maior pressão, com crescimento de 126% no período. Nos setores de processos industriais e resíduos, as emissões aumentaram respectivamente 65% e 64%. Já no setor agropecuário, a alta registrada foi de 45% entre 1990 e 2012.

A representatividade desses cinco setores dentro do inventário nacional de emissões mudou profundamente nesse período. Nos anos 1990, as emissões de mudança no uso da terra representavam quase 70% das emissões nacionais. Em 2012, esse valor tinha caído para 32%, equiparando-se aos setores de energia e agropecuária, com 30% cada. É exatamente essa mudança profunda no perfil das emissões brasileiras que impõe um desafio claro para as políticas públicas: reduzir emissões a partir da queda no desmatamento não é mais suficiente.

“O Brasil deverá cumprir a meta voluntária de redução de emissões fixada em 2010 para 2020, mas, seguindo a trajetória atual, é provável que nos próximos anos reduções adicionais do desmatamento sejam inferiores ao aumento de emissões nos demais setores, levando a um novo período de crescimento”, argumenta Tasso Azevedo, coordenador do Seeg.

É necessário planejar e investir em um modelo de desenvolvimento baseado em reduções progressivas de emissões, aponta Carlos Rittl, secretário-executivo do OC. “No Brasil, não temos ainda essa visão de longo prazo. O País está ficando para trás nos investimentos em uma economia de baixo carbono”, afirma.

A íntegra dos estudos está disponível em observatoriodoclima.eco.br.

SINTONIZANDO

RELATÓRIO GVces 2013
Confira os destaques do trabalho do GVces em 2013 em nosso *Relatório de Atividades* totalmente digital (relatorio2013.gvces.com.br), trazendo desta vez uma linguagem mais artística e lúdica, alinhada com a transdisciplinaridade de nossos projetos e ações.



III FÓRUM MOBILIZE
O Mobilize Brasil realizou em setembro o III Fórum Mobilize, encontro que reuniu especialistas para debater o legado da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016 e o potencial desses megaeventos para a transformação das cidades brasileiras. Realizado na FGV em São Paulo, o evento contou com apoio do GVces.

BIODIVERSIDADE E NEGÓCIOS
A Union for Ethical BioTrade (UEBT) realizou sua 5ª Conferência Anual na FGV em São Paulo, em agosto. O evento reuniu especialistas e convidados para debater os desafios e as possibilidades dos negócios em biodiversidade como um caminho para conservar os recursos naturais.



Profissão mateiro

Eles entendem de mato e de vida selvagem. De Norte a Sul, mostram como o dom de resistir a condições adversas na natureza pode ser usado para conservá-la

Depois de perder o irmão caçula acidentado pelo disparo de uma arma quando caçavam juntos na fazenda da família, no município de José de Freitas, Piauí, o empresário João Freitas Filho, 62 anos, decidiu mudar radicalmente de vida. Primeiro, abandonou de vez a espingarda. Depois, protegeu mais da metade da propriedade como reserva legal; criou a ONG Mais Vida para defesa da causa ambiental e recentemente lançou uma ideia inovadora capaz de redimir, pelo menos em parte, os hábitos do passado. No projeto “Caçadores de Fotografias”, homens hábeis em alvejar animais silvestres por tradição cultural trocam armas de fogo por câmeras fotográficas que os ajudam a descobrir um novo modo de se relacionar com a natureza.

Motivados por concursos nas redes sociais para escolha das melhores imagens, ex-caçadores passam a valorizar os animais mantidos vivos e trabalham para conservar a floresta. “O conhecimento transmitido de pai para filho e a adrenalina de entrar na mata atrás de bichos agora se direcionam para uma finalidade nobre”, ressalta Freitas, dono de um grupo empresarial piauiense que fatura R\$ 700 milhões por ano. A Nazareth Eco, reserva mantida por ele com 1,6 mil hectares, abriga espécies em extinção e uma infinidade de aves – alvo das lentes de Luiz Ribeiro da Silva, conhecido como Compadre Romão, um misto de fotógrafo e mateiro, especialista em achar o esconderijo do animal e aproximar-se dele no melhor ângulo para o *click*.

A iniciativa valoriza o papel de quem conhece atalhos e segredos da mata como ninguém. Sim, os mateiros são figuras cada vez mais indispensáveis a expedições científicas, levantamentos para criação de parques nacionais, ecoturismo, produção de documentários, uso de produtos da biodiversidade por indústrias e obras de infraestrutura que

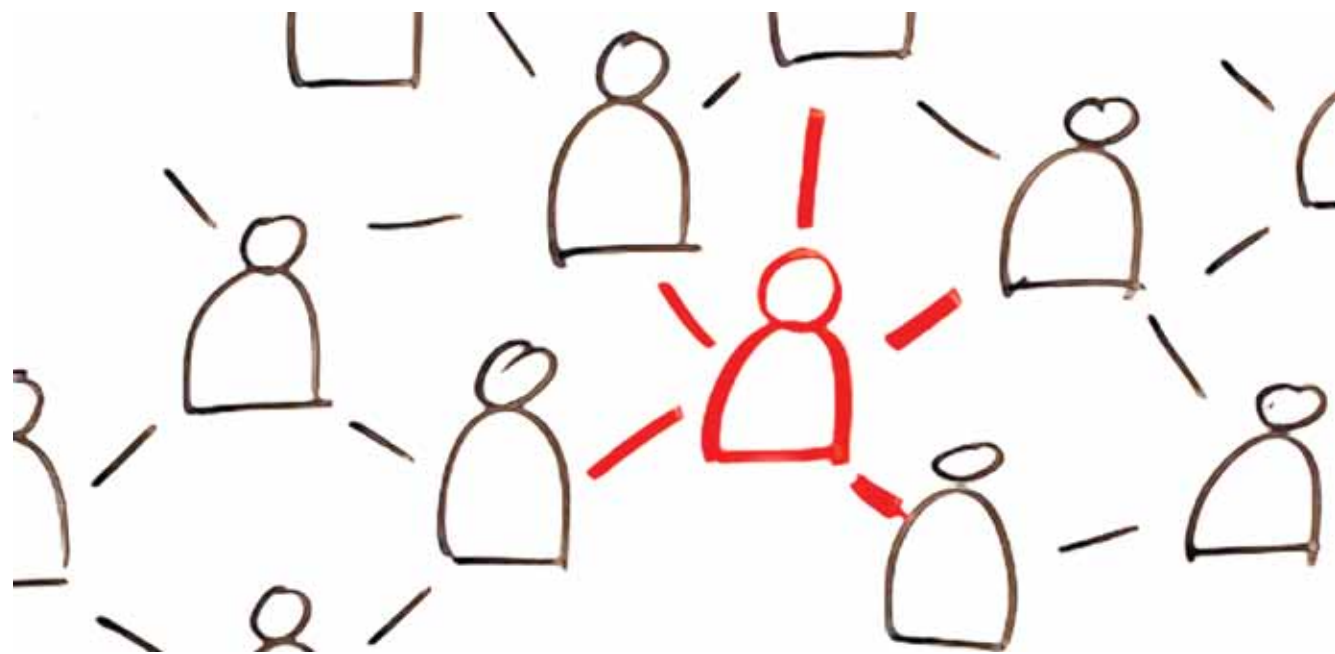


chegam a grotões desconhecidos. No sudoeste do Piauí, em São Raimundo Nonato, o guarda-parque João Leite trocou a vida de encenemas na cidade pelo convívio com a Caatinga. O rapaz aprendeu truques de sobrevivência na mata com ex-caçadores e hoje, como vigilante do Parque Nacional Serra da Capivara, é requisitado por cientistas para o trabalho de campo voltado para a descrição de novas espécies da fauna e flora. Seu maior feito foi a descoberta de sítios arqueológicos com pinturas rupestres que contam a história da ocupação do continente pelo homem primitivo. “Descobri um por acaso quando fazia rapel com uma bióloga para coletar fezes de roedores nas rochas”, conta Leite.

De Norte a Sul, o ofício dos mateiros vira profissão. Se no sertão de Pernambuco eles trabalham ao lado dos biólogos no resgate da fauna durante a obra dos canais da transposição do Rio São Francisco, no litoral sul da Bahia a tarefa é escalar árvores para coleta de sementes destinadas ao reflorestamento da Mata Atlântica. “São como ninjas; sabem onde andar e pisar”, compara a pesquisadora Francismeire Gomes, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, ao destacar a importância de tê-los na equipe que estuda doenças transmitidas por insetos na floresta.

Eles entendem de mato e de vida selvagem. Mas também os desafiam, os subjagam e, aos poucos, o dom de enfrentar perigos e resistir a condições adversas na natureza é utilizado para conservá-la. Em Mogi das Cruzes (SP), na região do Vale do Paraíba, os irmãos Alexandre e Marcos Prado derrubavam palmeiras nativas para extrair palmito-juçara, assim como faziam os avós. Hoje a situação se inverteu. O *know-how* é empregado na proteção do Parque das Neblinas, da empresa Suzano. A dupla fiscaliza a área, faz reflorestamento e orienta a comunidade para obter renda com os frutos da palmeira, sem necessidade de cortá-la.

No litoral do Paraná, em Guaraqueçaba, Pedro Morais, 60 anos, mateiro velho de guerra, de tanto trabalhar com botânicos aprendeu a chamar plantas pelo nome científico. Em retribuição, ensinou-lhes um pouco do saber tradicional sobre quais frutos cada um dos diferentes pássaros come. Como resultado, a Reserva Natural do Salto Morato, mantida pelo Grupo Boticário, é hoje palco de estudo sobre os efeitos do desmatamento para a extinção das aves. Graças a esses homens, calejados como eles só, a busca pelo conhecimento sai dos gabinetes com ar condicionado e chega ao mundo real que todos queremos conservar.



No caminho da integração

Representantes de organizações apontam os maiores desafios para desenvolver o Relato Integrado: uma gestão colaborativa entre áreas e equipes distintas, com a participação indispensável da alta liderança

POR ÁLVARO PENACHIONI

A crise financeira global que eclodiu em 2008 e colocou governos e setor privado na berlinda também reacendeu o debate sobre um novo modelo de negócio e de investimentos que contemple, além do aspecto financeiro, outras informações de sustentabilidade. Desde 2010, um movimento internacional, até então difuso no meio corporativo, organizou-se e ganhou força, em meio à forte pressão social e às incertezas no horizonte do desenvolvimento sustentável. Ao indicar outro caminho para diminuir o clima de desconfiança em relação às corporações e ao mercado de capitais, a ideia de relato integrado (RI) começa a influenciar o jeito de pensar em empresas líderes e promete valorizar a comunicação de impactos para diferentes grupos de *stakeholders*.

O Conselho Internacional para Relato Integrado (International Integrated Reporting Council, IIRC) [criado em 2010 por iniciativa do Projeto Príncipe de Gales para a Sustentabilidade \(A4S\)](#) e da Global Reporting Initiative (GRI) [divulgou em dezembro de](#)

2013 a primeira Estrutura Internacional para Relato Integrado. As diretrizes da chamada “versão 1.0” [foram aprovadas após intensas discussões, em três meses de consulta pública.](#)

Além da GRI, rede mundial *multistakeholder* que desenvolveu uma das metodologias mais utilizadas em relatórios de sustentabilidade, o IIRC representa uma inédita coalizão de reguladores governamentais, investidores, empresas, organismos de normatização, representantes do setor contábil, auditorias globais, acadêmicos e ONGs.

O relato integrado consiste em uma comunicação concisa, relevante e coerente sobre como visão estratégica, governança corporativa, desempenho, perspectivas de negócios, ambiente externo e postura empresarial diante das externalidades contribuem para reduzir riscos e criar valor ao longo do tempo (*mais sobre Externalidades na edição 88*). Em essência, o RI requer a mudança mental e de atitudes dos conselhos de administração e de diretores executivos. “Deve ser um movimento *top down* que

incorpore os valores de criação sustentável de riqueza pela organização empresarial e faça parte da estratégia”, explica Nelson Carvalho, professor da FEA-USP, com assento no IIRC.

No Brasil, representantes de empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade, com diferentes estágios de abordagem, apontam como um dos grandes desafios do novo modelo de relato a necessidade de uma governança colaborativa entre áreas e equipes distintas. Ou seja, somente essa interação será capaz de assegurar a gestão integrada.

A participação da alta liderança representa outro aspecto fundamental para o bom alinhamento do trabalho. “Sem isso, não será possível avançar”, atesta Alessandro Broedel, diretor de Controle Financeiro do Itaú Unibanco, que em abril divulgou o Relatório Anual Integrado 2013 [e](#), o “primeiro exercício de comunicação integrada” do banco, um dos integrantes do [→ programa-piloto criado pelo IIRC](#).

A gerente de sustentabilidade do Grupo AES Brasil, Luciana Alvarez, avalia que o relato integrado tem um objetivo maior de fortalecer a confiança entre a empresa e os investidores de longo prazo. “As diretrizes oferecem caminhos para que essa confiança seja percebida pelos investidores, na gestão e na comunicação empresarial”, diz, adiantando que o primeiro RI do ciclo 2014 será divulgado pela controlada AES Tietê.

“Além de comunicar um conjunto de resultados aos *stakeholders*, o relato integrado deve subsidiar a tomada de decisão, identificar riscos e inovações e reequilibrar as métricas de desempenho para evitar a ênfase excessiva na geração de caixa em curtíssimo prazo. Se a gestão não parte do pressuposto da integração, o relatório refletirá essa desconexão”, afirma Roberto Pedote, vice-presidente de Finanças e Relações Institucionais da Natura.

As diretrizes do relato integrado implicam mudanças na cultura corporativa diante do desafio de externar a gestão integrada das empresas. “Esse processo ainda levará algum tempo para amadurecer”, observa Vania Borghert, assessora especial da presidência do BNDES, à frente da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado, criada em 2013, e que reúne hoje perto de 200 integrantes em discussões e trabalhos sistemáticos sobre o tema. Mas, como avalia, “o pensamento integrado deverá facilitar a gestão integrada”.

A estrutura conceitual do RI abrange seis tipos de capital que, de algum modo, já vêm sendo con-

Estrutura para acelerar RI será testada em mais de 25 países

siderados nos relatórios de sustentabilidade: financeiro; manufaturado; humano; intelectual; social e de relacionamento; e natural. Neste momento de transição do capitalismo, a lógica do RI destaca as conexões-chave entre estratégia, modelo de negócios e geração de valor, na perspectiva de longo prazo, inovando na forma como empresas e provedores de capital financeiro podem gerir e alocar melhor seus recursos.

Essa ferramenta, que deve acelerar a prática do RI ao redor do mundo, começa a ser testada em mais de 25 países (16 deles membros do G-20), liderados por Reino Unido e Holanda. No Brasil, Natura, CCR, Votorantim, CPFL e Itaú Unibanco estão entre as primeiras organizações que já publicaram os relatórios de 2013, “inspiradas” no novo modelo.

Para Nelmara Arbex, consultora de inovação em relatos da GRI, ainda falta “construir conceitualmente uma linguagem para expressar a geração de valor; por exemplo, como o capital financeiro influencia o capital natural, o social, o intelectual e o manufaturado”. Ela lembra que o *framework* propõe um caminho nessa direção, mas diz que isso somente será possível à medida que as empresas avancem no exercício de relatar.

“Os investidores estão preocupados com a geração de valor a longo prazo. Esse movimento, iniciado principalmente por fundos de pensão, pode ser percebido, por exemplo, no caso das exigências socioambientais de bancos de fomento”, comenta Rodolfo Nardez Sirol, diretor de Meio Ambiente da CPFL Energia, outra integrante do programa-piloto do IIRC que utilizou alguns elementos da estrutura do RI (modelo de negócio, visão de longo prazo e os seis capitais) para elaborar o *Relatório Anual 2013*.

As práticas de relato definidas pelo IIRC, a exemplo da G4 – nova versão das diretrizes da GRI –, compõem um roteiro que pode e deve ser adaptado à realidade das companhias interessadas em aprimorar a comunicação com seus públicos estratégicos.

Se os relatórios de sustentabilidade levaram mais de uma década para ganhar massa crítica no ambiente corporativo brasileiro, o amadurecimento do RI também exigirá alguns anos para se consolidar, aponta o estudo *Relato Integrado – Perspectiva brasileira* [e](#), [e](#).

■ Iniciativa que reúne no Brasil e no mundo mais de 100 organizações empresariais

■ Seu propósito é buscar consenso em torno da estrutura integrada de relatórios e desenvolver diretrizes e ferramentas de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão

■ Na versão digital desta seção em [fgv.br/ces/pagina22](#), leia a íntegra das entrevistas com Rodolfo Nardez Sirol, da CPFL Energia, e Roberto Pedote, da Natura, além de uma nota sobre relatórios de sustentabilidade

A fadiga **liberta**

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO BRUNO BERNARDI

Na parede de uma sala da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, o relógio marcava as horas atrasado. Descompassado no tempo, parecia funcionar como peça de resistência, fazendo jus às palavras rebeldes de **Martí Peran**, que ali se apresentava. Este crítico de arte, curador e professor da Universidade de Barcelona esteve no Brasil em setembro, aceitando o convite do Instituto de Estudos Avançados (IEA) para discorrer sobre como a fadiga que acomete a sociedade contemporânea e hiperativa pode servir de inflexão para a nossa emancipação.

Citando intelectuais como o escritor e ensaísta Eloy Fernández Porta, Peran sustenta que, mais que nunca, estamos entregues à nossa própria sorte, conta e risco. No que chamam de capitalismo *after pop*, cabe apenas a nós criar nossos próprios sujeitos. Impelidos a tomar diariamente dezenas de decisões profissionais, emocionais e sociais, temos de construir nossas próprias vidas e, mais que isso, nossa identidade. “Em termos de retórica política dos países em crise, como a Espanha, de onde eu venho, isso está na ordem do dia. Traduz-se na apologia do empreendedorismo. Constrói a si mesmo, *do-it-yourself*. Toma iniciativa. Invente algo. Você é o responsável. Ponha a sua vida inteira a trabalhar. Nos querem vivos”, diz. Ele propõe que a fadiga seja a dor que alerta para essa autoexploração, a fim de provocar libertação, e que algumas estruturas que oferecem amparo ao cidadão sejam recuperadas.

Em sua análise, o capitalismo pós-fordista deslocou-se da produção de bens com valor de troca para a produção de subjetividade e, hoje, a mais-valia concentra-se na autoprodução de identidade. O senhor afirma que se impôs a lógica do sujeito da autoexploração. Por que isso aconteceu? Essa mudança se deve apenas à revolução tecnológica?

Não. A revolução tecnológica apenas facilitou e acelerou esse processo. Esse processo responde sensivelmente ao capital que desde sempre tem de renovar suas matérias-primas. E chegou o momento em que a matéria-prima do capital passou

a ser a subjetividade. Não há novos materiais para a construção de objetos com valor de troca a não ser os que têm como matéria-prima a subjetividade. Já alcançamos a cota máxima, que é a utilização das nossas próprias vidas como principal força produtiva. A força produtiva agora reside no processo de fazermos a nós mesmos. Estamos constantemente obrigados a gerar projetos, processos de trabalho, encontros e interseções, garantir que a máquina não pare.

Essa lógica do faça-você-mesmo desemboca no labirinto da hiperatividade, em um estado crônico de nervos. A tecnologia, em lugar de abrir outros horizontes, como perfeitamente po-



Professor titular de Teoria da Arte da Universidade de Barcelona, Peran dirige o Roundabout Encounter Program, que promove intercâmbios entre Barcelona e cidades como Bangcoc, Jerusalém, Istambul e Santiago. Escreve regularmente para jornais e revistas, impressos e eletrônicos, como *BBC* e *Exit Express*



deria fazer, colocou-se a serviço dessa lógica de autoexploração. Os fenômenos de utilização das redes sociais e o incremento dessa dependência de uma conexão que construa a sua visibilidade, constantemente mediante uma *selfie*, não vão além de se colocar a serviço dessa tecnologia, neste novo capitalismo *after pop*.

Qual a diferença entre o capitalismo pós-fordista e o capitalismo *after pop*?

O *after pop* difere do pós-fordismo porque a tarefa de construir identidade já não é induzida pelo sistema, e sim transferida a você mesmo: construa você a si mesmo. Essa é a diferença. Quando o Estado de Bem-Estar entra definitivamente em crise, o modelo de como você tem de ser já não se sustenta, porque não está mais ao seu alcance.

Mas isso em um cenário europeu? Nos Estados Unidos não existe um Estado de Bem-Estar Social como na Europa, e, no Brasil, muito menos.

Nos Estados Unidos não existe a seguridade social, nem determinados serviços públicos. Mas em que consiste o Estado de Bem-Estar? Isso está definido pelo *american way of life* do Pós-Guerra: há que clonar, reproduzir, ter as suas aspirações. Quando esse Estado de Bem-Estar se colapsa, é quando aparece uma nova força produtiva que é "você mesmo".

E, diante dessa constatação, qual é a proposta? O que devemos fazer, partindo do pressuposto de que não queremos retroceder ao capitalismo industrial?

Por que não? Agora mesmo estão sendo habilitadas teorias do decrescimento que, em termos ecológicos, políticos, societários, têm importantes lacunas, mas sustentam um interessante grau de credibilidade e que consistem em retroceder...

...retroceder depois de toda a evolução observada e acumulada na sociedade do conhecimento? Como isso seria possível?

Entre progresso e civilização não existe correspon-

dência. O progresso pode ser não civilizatório, pode ser bárbaro. Pode haver um progresso que não concebe maiores doses de civilização. Portanto, quanto maior conhecimento que temos em termos históricos, acumulativos, pode ser que seja a hora de retroceder em muitos âmbitos, não necessariamente em termos de crescimento, mas em diminuição de ritmo, em revisão da globalização, recuperando a ideia de localidade, em termos de revisão de expectativas, avaliando o que é necessário e o que não é mais necessário. Retroceder, em um grau ou outro, pode ser a solução.

Devemos combater a cultura do empreendedorismo e da cultura *maker*?

Temos de ser conscientes do que isso comporta e representa. Ser conscientes de onde isso procede, o que alimenta isso. O que estou reclamando é apenas sermos conscientes desse mecanismo de autoexploração e, a partir disso, reagir como achar conveniente. O que pode acelerar essa tomada de consciência é a fadiga. A evidência de fadiga, se examinada minimamente, põe a descoberto essa distorção: o que supostamente é um processo de emancipação e de construção de identidade é, na verdade, um processo de autoexploração.

O senhor acredita que esse movimento da cultura *maker* e do empreendedorismo tenha também um lado benéfico, o de descentralizar as forças de produção e, assim, descentralizar o poder?

Não há melhor modo de garantir as estruturas de poder do que as disseminando, e não há mecanismo de disseminação dessas próprias lógicas de poder mais eficaz que mediante processos de interiorização. A autogovernança que (o filósofo Michel) Foucault descreve tão detalhadamente acabou se convertendo em autoexploração.

Não se deve, então, buscar uma cura para a fadiga contemporânea, e sim usá-la como uma forma de resistência?

O relato convencional diz que a fadiga deve ser reparada. Se está cansado, dá um *break* e poderá regressar à produção em condições ótimas. Aí está uma gestão terapêutica da fadiga, que consiste em saná-la para poder regressar à espiral incessante. Não digo que não tenha de ser reparada. Digo que ao menos há de ser utilizada como possibilidade de um despertar para a consciência. Se estamos fatigados, não é porque a vida estruturalmente fatigue, e sim

porque convertemos a vida nesse processo de autoexploração que nos obriga a uma hiperatividade e inevitavelmente nos leva ao cansaço.

Despertar a consciência para obter exatamente o quê?

Para reconhecer essa modalidade de exploração e, se quiser se emancipar, emancipa-se, liberando-se dessa rotina do faça-você-mesmo.

Ou seja, o objetivo desse despertar é a busca da verdadeira liberdade, em vez daquela liberdade que acreditamos ter, mas que é ilusória?

Se a lógica de exploração implica essa construção de autoidentidade, para libertar-se, será preciso escapar de si mesmo. Este é o paradoxo em que nos encontramos.

Como isso se traduz na prática? Com um Estado mais presente, por exemplo? Com alguma política de segurança maior no trabalho?

Essa é uma resposta possível. Tony Judt, historiador britânico que faleceu recentemente (em 2010), recorda que a primeira geração que se rebelou contra as estruturas de Bem-Estar do Estado no Pós-Guerra, em maio de 1968, era a primeira geração que não tinha memória do mundo da pré-guerra e que, portanto, entendia que a liberdade passava por exigir menos intervencionismo do Estado. Isso é exatamente a mesma literatura, a mesma retórica de que se utilizou o liberalismo dos anos 1980, (Ronald) Reagan, (Margaret) Thatcher, quando pediam, em benefício de uma suposta maior liberdade pessoal, uma desestatização de muitos comportamentos derivados da sociedade de Bem-Estar.

Portanto, não descarto que, em termos pragmáticos, uma das respostas implique recuperar uma estrutura de Estado com alguma solidez que nos libere de determinadas tarefas. Foi proclamado – por estudiosos do thatcherismo e do reaganismo, como (o sociólogo britânico) Anthony Giddens – o fim da política, a pós-política. A política é a gestão do próprio mundo. A pós-política é quando não resta mais nada a gerir, então gere a si mesmo. É o desaparecimento da política. Uma das possíveis respostas a essa situação talvez seja recuperar a política nesses termos: recuperar estruturas de Estado.

Em sua apresentação, o senhor falou em destituição, em resistir às instituições. Não há uma contradição aí?

Não, não há contradição. Apelar para que haja uma estrutura de Estado que proceda do comum para abrigar os interesses do comum, isso é legítimo. As estruturas de Estado existem de forma secular, mas, nessa história secular, se perverteram, não funcionam como devem funcionar – mas isso não impede que eu possa defender a necessidade de que existam. A questão é que devem ser refundadas.

O senhor afirmou que vivemos uma "pobreza de experiência", pois o indivíduo tem muitas experiências, mas quase todas são banais. A solução estaria em reduzir a hiperatividade e concentrar apenas no que


é realmente valioso?

Desde a modernidade, a natureza humana tem se identificado com um *Homo faber*, em que se coloca como construtor de seu próprio destino, construído em liberdade (mais em Entrevista à pág. 32). Portanto não necessariamente se trata de parar a hiperatividade, em termos literais, mas ao menos corrigir a hiperatividade que só conduz a essa pobreza de experiência. Cada um sabe que situação, que experiência, que circunstância, que acontecimento para ele têm sentido. O sentido não está no movimento em si mesmo.

O que o senhor chama de experiência real?

Experiência de sentido, que dá noções, ferramentas, dados para pensar o valor da política, da ética, da estética. Já a banal é a que não aporta valor.

O senhor afirma que o presente tomou o espaço do futuro. Como isso afeta a noção de sustentabilidade que sobretudo é uma noção de futuro? Ao mesmo tempo em que se vive sob a cultura do efêmero, a sustentabilidade ganha espaço. Como isso se explica?

Explica-se porque o presente não é sustentável, a sustentabilidade é uma necessidade, é uma expectativa, é abrir um território de possibilidades. A sustentabilidade não é uma mudança de modelo, e sim dar oportunidade para que possa haver outros modelos que substituam o atual e que possam ser modelos plurais. 

Quando o Estado de Bem-Estar se colapsa, a nova força produtiva é "você mesmo"

O que é valioso, **afinal**

As muitas poluições inerentes às cidades grandes e ao mercado de consumo distraem os sentidos. De repente, as coisas simples da vida se tornaram um luxo só

POR **MAGALI CABRAL** FOTO **LEO ELOY / SELVASP**

Qual será o xampu mais adequado entre a miríade de detergentes capilares enfileirados nas prateleiras dos supermercados? Aquele que ajuda a “ancorar o cabelo,” pois contém “pronutrium ginseng”? Ou aquele outro da fórmula refrescante com “bio nutrium” e mentol? Devo abastecer o carro com álcool ou com gasolina? Comum ou aditivada? Pagar no crédito ou no débito? CPF na nota? Sabia que os ovos e a manteiga já regressaram ao rol de alimentos saudáveis? O óleo de coco e de linhaça também são bons para a saúde, assim como o azeite de oliva. Mas o glúten e a lactose são os novos vilões, pelo menos até o fechamento desta edição. Pilates ou musculação? Para os filhos, educação tradicional, construtivista ou ensino público? Tem plano de saúde? Em caso de emergência, qual o hospital de sua preferência? Gostaria de ver a carta de vinhos? São mais de 300 opções. Gelo e limão na Coca? Suas definições de vírus foram atualizadas. Esqueci o carregador, e agora? Senha inválida. Digite novamente, por favor...



O crescimento desordenado eliminou boa parte

Parafrazeando Raul Seixas: “Motorista! Pare o mundo que eu quero descer!”

O roteirista e editor de documentários Adolfo Borges optou por uma vida mais simples. Deixou de integrar o corpo docente da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), em São Paulo, comprou um *trailer* e um terreno arborizado na zona rural de Itapevi, município na Grande São Paulo, e se mudou de mala e cuia. O estilo urbano de viver – que, além dessas incontáveis microdecisões funcionais cotidianas, inclui mais uma infinidade de estímulos sensoriais ininterruptos, como barulho, iluminação artificial, conectividade, insegurança –, para Borges, ficou no passado.

Agora ele dispõe de quietude, ar puro, silêncio, noites estreladas, *wi-fi free* e tempo para a reflexão e projetos. Planeja encontrar três ou quatro parceiros para, juntos, fundarem nessa propriedade uma ecovila.

Algo na linha dos *dragon dreamers*, um movimento já bem difundido pelo mundo que adota apenas três princípios básicos: crescimento interior, viver em pequenas comunidades e respeitar o planeta. Uma espécie de versão contemporânea do movimento hippie dos anos 1960-70, que, em repúdio às guerras e às armas nucleares, buscou um modo de vida comunitário, libertário e em comunhão com a natureza, sob o lema “paz e amor”.

Para viver na maioria das grandes cidades, quase sempre é preciso abdicar das sensações prazerosas que no passado estavam postas no mundo para quem quisesse delas usufruir. Tomar um banho nas águas limpas de um rio. Olhar para o céu e enxergar as estrelas. Respirar ar puro. Ter tempo para saborear o “sal da vida”, expressão que a antropóloga e escritora francesa Françoise Héritier usou para definir os melhores momentos da existência. Aqueles que se experimentam com todos os sentidos, e graças aos quais a vida vale a pena. O crescimento desordenado das grandes ci-

dades eliminou boa parte dos valores que além de dar prazer não custavam nada. Em troca, ofereceu um estilo de vida ditado pelo ritmo do mercado de trabalho, que consome das pessoas todo o tempo que pode. O capital, que não dorme no ponto, percebeu que todos esses bens, mesmo os imateriais, têm valor e, portanto, dão lucro.

Quem quiser alguns desses “artigos”, ora de luxo, pode comprá-los. O mercado vem se sofisticando nessa área. Oferece perfumes com aroma de terra molhada, de chuva e até de biscoitos que eventualmente podem lembrar a infância. Oferece moradias em ruas com segurança, onde o ambiente é mais

“Existe, sim, uma forma de leveza e de graça no simples fato de existir, que vai além das ocupações profissionais, dos engajamentos... e foi unicamente sobre isso que eu quis falar. Sobre esse pequeno *plus* que nos é dado a todos: o sal da vida.”
Françoise Héritier, em *O Sal da Vida* (Ed. Valentina)

adequado para as crianças e onde ainda dá para enxergar as estrelas no céu. Oferece caminhadas em meio a natureza, com direito a banhos em rios de água cristalina. Basta procurar agentes intermediários no comércio ou na internet.

Antes, porém, trabalhe bastante, pois para usufruir desses “luxos” é preciso muito dinheiro. Bens que um dia foram públicos hoje estão empacotados e prontos para a venda (ver Reportagem à *pág. 44*). A previsão do autor de *O Capital*, Karl Marx, de que o mercado se apropriaria dos bens públicos, feita no século XIX, confirmou-se. E não se acomodou: tem emplacado até a venda de *smartphones* placebo para quem sofre de transtorno do vício de internet.

O QUE TEM VALOR HOJE?

O propósito aqui não é defender um estilo de vida retrógrado, mas apenas lançar um olhar crítico para a vida cotidiana e tentar entender como se deu essa mudança na percepção do que é realmente valioso em uma existência. “Quando tentamos identificar qual é a melhor forma de viver, logo encontramos uma primeira dificuldade”, adverte o filósofo

■ Acesse em glo.bo/1wqpcRA. ■ Acesse em bit.ly/1CTb5X1.

dos valores que davam prazer e nada custavam

Clóvis de Barros Filho, professor de Ética da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP). “Diferentemente da prova aplicada pelo professor em sala de aula que só tem um gabarito, a vida possui muitos”, assinala.

Por exemplo, no Exército o valor primeiro é a disciplina, enquanto em uma casa de repouso é o descanso. “Daí, percebe-se que o que é valor para o Exército é menos valioso para a casa de repouso e vice-versa. Em outras palavras, não existe uma grade de valores que se imponha universalmente”, atesta. É o que o antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin chamou de valores complexos. Graças a essa complexidade dos valores, as pessoas são livres para decidir que tipo de vida querem levar, e tentam ser fiéis à vida que escolheram.

“E a isso, por sua vez, chamamos moral”, explica Barros Filho, que faz uma espécie de passeio pela história do pensamento, desde os filósofos gregos até o modernismo, para mostrar que tipo de referência o homem vem usando para poder decidir o que é e o que não é bom. A íntegra da entrevista está disponível em fgv.br/ces/pagina22.

Atualmente, segundo Barros Filho, prevalece uma fragmentação das formas de atribuição de valor que aumenta a aparência de autonomia. Ou seja, a antiga pretensão de universalidade deu lugar ao surgimento de pequenos espaços de convivência, onde as pessoas interagem como se fossem orbitais, com regras e critérios próprios de valoração. “Poderíamos entender os → **campos sociais** como pequenas tribos que têm uma relativa autonomia na hora de decidir quais são as formas de atribuir valor às coisas do mundo”, resume o filósofo.

Essa “superindividualização dos valores” não deixa de ser um paradoxo, afinal, quanto mais o mundo se globaliza, mais visíveis são as particularidades tribais na definição de critérios de valor. “A proposta identitária procura algum tipo de distinção, além de pertencimento. Eu sou aquilo que ninguém mais é”, observa.

CONSTRUA-TE A TI MESMO

O fordismo, o pós-fordismo e o pós-pós-fordismo são o pano de fundo dessa construção dos valores. Na segunda semana de setembro, o professor titular de Teoria da Arte da Universidade de Barcelona Martí Peran proferiu uma palestra na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) intitulada “Como converter a fadiga em uma exposição?”

Sua tese é de que, enquanto o modelo fordista de capitalismo gerava valor e mais-valia mediante mercadorias originadas em uma cadeia de produção, o pós-fordismo situou a mais-valia na produção de subjetividade, no valor imaterial, o que acabou gerando uma fadiga, ou um estado de ânimo ferido. Enquanto o fordismo se caracterizou pela produção em massa, o pós-fordismo adotou métodos de produção flexível, marcada pela inovação tecnológica (leia mais na Entrevista à *pág. 14*).

O filósofo e jornalista austro-francês, André Gorz, no livro *O Imaterial*, de 2003, conforme resenha da pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília Valdenize Tiziani, reconhece que até a ciência e as artes de que os indivíduos usufruem em seu tempo livre foram postas a serviço da produção no pós-fordismo. O essencial deixou de ser a competência profissional. As habilidades sociais adquiridas fora do ambiente de trabalho se tornaram mais valiosas. De acordo com Gorz, esse é mais um recurso gratuito, do qual as empresas se apropriaram. “Não é mais o sujeito que adere ao trabalho, mas o trabalho que adere ao sujeito”, assinalou.

Essa tendência das pessoas de explorar as suas capacidades fora do trabalho, em uma autoafirmação de que podem mais do que realizam profissionalmente, pode estar pavimentando um modelo de capitalismo para além do pós-fordismo, denominado por Martí Peran de “capitalismo *afterpop*”. Ao contrário do “pós-fordismo pop”, que favoreceu o espetáculo, o ócio e uma suposta li-

■ Espaços de relações sociais ocupados por agentes que participam do jogo social – um conceito do fim dos anos 1970, proposto pelo filósofo francês Pierre Bourdieu

Somos cúmplices do que está aí: o excesso de estímulos ajuda a encobrir as imperfeições da vida

berdade, o *afterpop* se distingue pela autoexploração. Ou seja, o capitalismo já não é só uma máquina que produz valores subjetivos e imateriais, mas pressupõe um convite a que essa produção de subjetividade seja assumida por nós mesmos.

Pela perspectiva europeia de Peran, a crise econômico-financeira de 2008, sobretudo na Espanha, lançou um vaticínio: botar a vida inteira a trabalhar. É uma apologia ao empreendedorismo que está na ordem do dia nos países que vivenciam mais fortemente o impacto da crise. “Empreenda. Construa-te a ti mesmo. Toma a iniciativa. Busca-te a vida. Invente algo. Crie mercado. Descubra em que flanco poderá se posicionar. Essa responsabilidade está em tuas mãos”, enfatizou Peran na conferência. Com isso, todos estão obrigados a jogar lenha no fogo para garantir que a máquina continue funcionando.

Em sua opinião, a cultura emergente denominada *do it yourself* é um tipo de autoajuda que subliminarmente está dizendo: descanse um pouco e em seguida reconduza essa sua fadiga, ou essa sua hiperatividade, para o empreendedorismo. Em última análise, é uma proposta de cura para a ferida que, segundo Peran, deveria permanecer aberta. “Se existe dor, é para despertar a consciência. Nesse caso, devemos otimizar a dor como possibilidade para o despertar da consciência. Somente assim voltaremos a ver o mundo”, analisa o professor.


Essa visão converge com a do filósofo e arquiteto Luiz Fuganti, fundador da Escola Nômade de Filosofia, para quem há, de fato, uma tendência de acomodação para não se ver além do próprio estado de corpo e seus respectivos desejos. Somente nesse “além” se enxergaria o que realmente é valioso.


Portanto, para Fuganti, somos todos cúmplices desse mundo que está aí. A conclusão de Barros Filho também segue esse trilho. A construção de uma vida urbana repleta de estímulos, poluições e distrações é resultado de uma espécie de complô de todos

e por todos. Quanto mais perturbação menos tempo para perceber a falta de sentido, ou as imperfeições da vida.

Em Paris, no lançamento do filme *Magia ao Luar*, um jornalista perguntou a Woody Allen por que rodava filmes às dezenas se estes não lhe ajudavam a dar sentido à vida. Conforme reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, publicada em 29 de agosto, o cineasta respondeu: “Pensar se terei Emma Stone no meu filme é trivial, mas ocupa a cabeça. Se você acordar um dia às 3 horas da manhã e não houver filme, trânsito, barulho, nada, vai refletir sobre a condição humana e sentirá medo”.

De acordo com Barros Filho, não há filósofo sério no mundo que não tenha refletido sobre isso. O homem entope a mente com preocupações inscritas em uma cadeia de utilidade para não ter tempo de se perguntar para que serve o todo. A utilidade de uma coisa está ligada à outra, mas quando nos perguntamos qual é a utilidade do todo, não encontramos a resposta. “Você decide pôr o casaco. Para quê? Para comprar cigarro. Para quê? Para fumar. Para quê? Para perceber que nada tem sentido, que a vida está em suspensão. É a ‘náusea’ de (Jean-Paul) Sartre e a ‘angústia’ de (Martin) Heidegger”, afirma o professor.

Pode ser que o roteirista Adolfo Borges, livre das poluições e do burburinho da grande cidade, tenha encontrado um caminho para a vida que vale a pena. Mas pode ser também que, tendo agora tempo para refletir, se depare com a “náusea” ou com a “angústia” percebida pelos grandes filósofos da humanidade. Como está muito isolado, longe inclusive da poluição das ondas eletromagnéticas das antenas de telefonia, por via das dúvidas o roteirista adquiriu três linhas de celular, uma de cada operadora. “É para garantir que pelo menos uma funcione quando precisar”, respondeu. 

 Leia a íntegra da entrevista com Clóvis de Barros Filho na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/ página 22.

JOSÉ ELI DA VEIGA

Professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP e autor de *A desgovernança mundial da sustentabilidade* (Ed. 34: 2013). www.zeeli.pro.br


análise



A superação do catastrofismo

O uso do termo “sustentável” para qualificar o desenvolvimento sempre exprimiu a esperança de que a humanidade poderá – sim – se relacionar com a biosfera, de modo a evitar os colapsos profetizados nos anos 1970

Com todo o respeito que merece o pioneirismo de grandes ecólogos sobre o que hoje se entende por “sustentabilidade”, é forçoso constatar que nos anos 1960-70 eles forjaram um discurso muito derrotista sobre a relação da humanidade com a biosfera, que só começou a ser superado nos anos 1980. A consagração do ideal de desenvolvimento sustentável exprime uma profunda confiança de que – sim – será possível chegar à governança do sistema Terra, por mais que ainda seja difícil se ter clareza sobre quais serão os caminhos.

Merece muita atenção o depoimento do físico quântico David Deutsch (Oxford) sobre sua experiência traumática, em 1971, no colegial, ao assistir a uma conferência do ecólogo Paul R. Ehrlich (1932-) intitulada “População, Recursos e Ambiente” . Diz que provavelmente deve ter sido a primeira vez que ouviu o termo “*environment*”, e que, com certeza, nada o havia preparado para tão brutal demonstração de pessimismo (“*nothing had prepared me for such a bravura display of raw pessimism*”).

Segundo Ehrlich, da meia dúzia de catástrofes que já estavam na esquina, algumas não poderiam ser evitadas por já ser tarde demais, e todas estavam intimamente ligadas à superpopulação.

Deutsch também descreve em detalhes suas discussões com um colega de universidade que se inscrevera no então novo curso de graduação em ciência ambiental. Para esse amigo, o surgimento da televisão colorida era não apenas um sinal do colapso iminente da “sociedade de consumo”, mas um exemplo de fenômeno muito mais amplo e profundo, pertinente a muitas outras áreas tecnológicas: os limites “finais” estariam sendo tocados. Tudo o que parecia pro-



gresso era, para esse colega, uma corrida insana pela exploração dos últimos recursos que haviam sobrado no planeta. Tinha certeza de que os anos 1970 seriam um momento terrível e único da história humana.

Quarenta anos depois, o premiado físico usa essas recordações para contrastar as duas únicas concepções do mundo que lhe parecem possíveis. A otimista, que se comprovou correta, diz que os humanos são solucionadores de problemas. A pessimista, ao contrário, afirma que essa capacidade de resolver um problema criando o próximo é, na verdade, uma doença para a qual a sustentabilidade seria a cura.

Ora, é irônico que Deutsch ignore que a principal revista dedicada à temática da sustentabilidade tem por título justamente *Solutions*, e que seus principais editores são chamados de “*solutionaries*” (thesolutionsjournal.com). Essa ignorância só pode decorrer de sua estranha crença de que o verbo “sustentar” só tenha dois significados, quase opostos: garantir o que se necessita, e evitar/im-

pedir que as coisas mudem (“*to provide someone with what they need, and to prevent things from changing*”, p. 441).

Mais grave, contudo, é seu erro de avaliação histórica. Nos 35 anos passados desde que começou a inspirar a estratégia mundial de conservação (IUCN-Unep-WWF, 1980), ou mesmo uma nova utopia política (Lester Brown, 1981), o projeto de desenvolvimento sustentável e o valor sustentabilidade não cessaram de ganhar força social, como indica o atual debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a Assembleia Geral da ONU deverá adotar para substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no âmbito do que foi batizado de Agenda Pós-2015.

Por isso, chega a ser assustadoramente ingênuo o reducionismo que pretende abordar o problema pelo seu lado semântico, como faz Deutsch. Mesmo que a noção de sustentabilidade refletisse uma visão de mundo pessimista – o que é simplesmente falso –, é incrível que ele possa ignorar, ou desprezar, a relevância política do processo de superação cognitiva do catastrofismo dos pioneiros, cujos expoentes foram Garrett Hardin (1915-2003) e Paul R. Ehrlich.

O uso do termo “sustentável” para qualificar o desenvolvimento sempre exprimiu a possibilidade e a esperança de que a humanidade poderá – sim – se relacionar com a biosfera de modo a evitar os colapsos profetizados nos anos 1970.

Sustentabilidade é uma noção incompatível com a ideia de que o desastre só estaria sendo adiado, ou com qualquer tipo de dúvida sobre a real possibilidade do progresso da humanidade. Em seu âmago está uma visão de mundo dinâmica, na qual transformação e adaptação são inevitáveis, mas dependem de elevada consciência, sóbria precaução e muita responsabilidade diante dos riscos e, principalmente, das incertezas.

 DEUTSCH, David. *The Beginning of Infinity: Explanations That Transform the World*. Penguin Books: 2011, p. 431.

MOVI MENTO natura

O desejo por um mundo mais justo e inclusivo ganha voz. Ganha vozes. Em todo o país, muitas iniciativas já estão sendo colocadas em prática e precisam de colaboração. Pequenas ações concretas que, juntas, podem alcançar uma força que nunca se viu. O Movimento Natura conecta essas iniciativas e facilita o encontro entre quem tem projetos transformadores e pessoas que querem colaborar com eles, fazendo o que sabem e o que gostam de fazer. Novos encontros. Muitas transformações. Saiba mais e participe em movimentonatura.com.br

Murilo Girio,
colaborador Natura
em São Paulo, é ativo
nas redes sociais,
queria contribuir com
um projeto social
e não sabia como.

Ivoneide do Vale,
consultora Natura
em Belém, montou
um banco comunitário
de microcrédito e
precisava de voluntários
para divulgar o projeto.

Faltava eles se encontrarem. Agora não falta mais.

Imagens do cotidiano

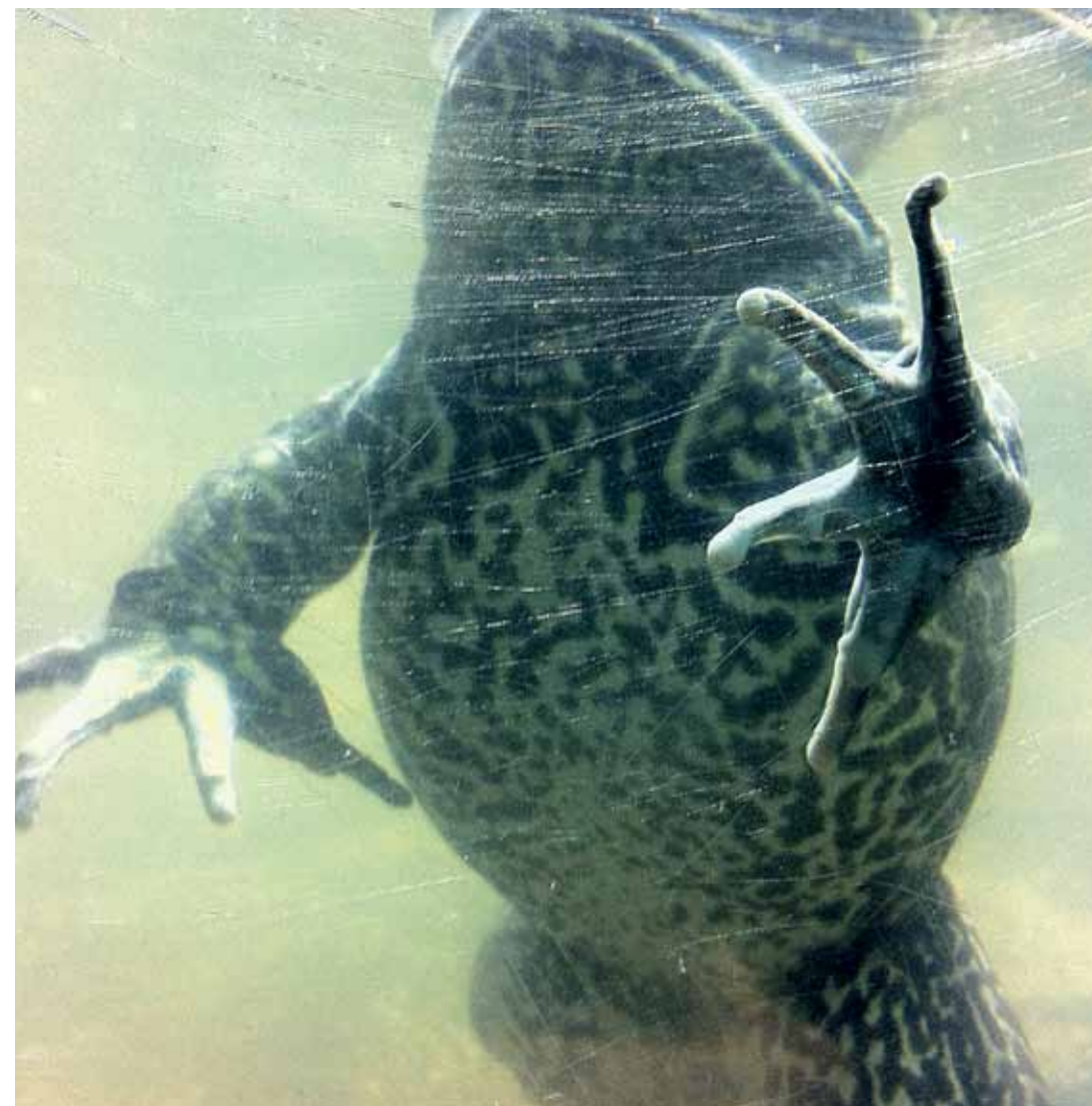
FOTOS BRUNO BERNARDI

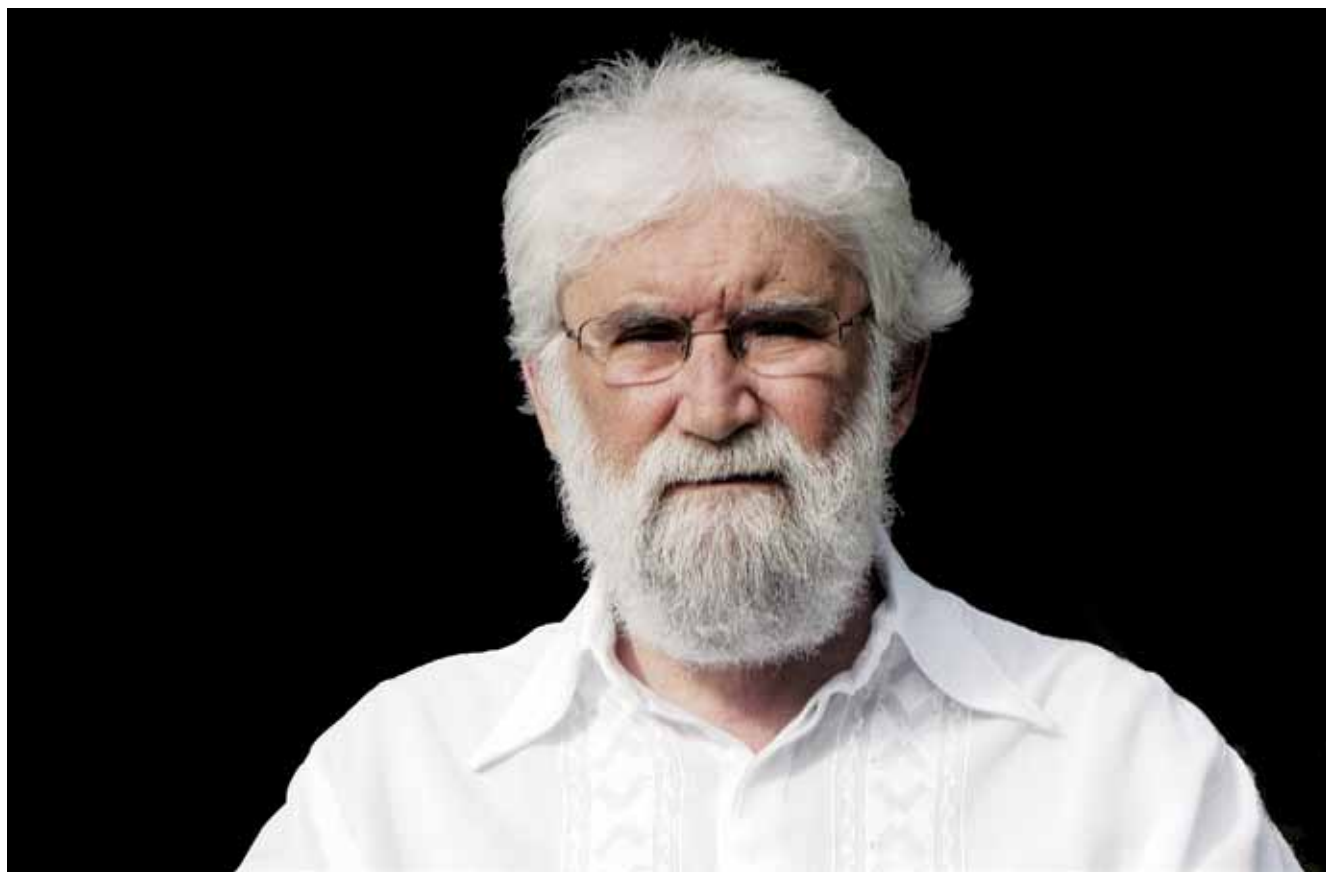
Nos versos – Socorro/ Já não estou sentindo nada - Arnaldo Antunes alerta para uma crise da sociedade contemporânea; a saturação dos corpos e das mentes pela enxurrada de informações e valores já dados em detrimento da capacidade de experimentar e de se afetar. Foi procurando uma forma de escapar dessa força que o fotógrafo Bruno Bernardi começou a fazer um diário imagético, dispondo-se, como ferramenta, da câmera de seu aparelho celular. Tendo o “o que me toca” como critério para a seleção das cenas das fotos, as imagens passaram a compor uma cartografia afetiva do autor.

Dessa forma, o que parecia uma simples experimentação se transformou em instrumento para gerar novos valores e significados. As sensações ou afecções do lugar e/ou do momento de sua produção foram agregadas ao próprio produto e são atualizadas ao passo que tocam o olhar tanto do espectador, quanto do próprio criador. Ou seja, geram potência de afetar e ser afetado. Assim, fica a dica do fotógrafo: “Com as facilidades que a tecnologia nos trouxe, começar a utilizar a fotografia para tecer sua própria memória afetiva não requer nada muito além da vontade”.









A razão sensível

POR AMÁLIA SAFATLE

“A minha esperança é de que, esgotado o capital natural, comecemos a ‘explorar’ o capital espiritual: nossa capacidade de conviver com respeito, em sintonia com os ritmos da natureza”, afirma o teólogo Leonardo Boff nesta entrevista concedida a PÁGINA22 por e-mail. Segundo ele, esse seria o legado maior da crise que estamos sofrendo. Boff evoca a necessidade de cultivar a razão sensível para conseguirmos enfrentar a crise civilizatória que ameaça a vida na Terra.

Teólogo, filósofo e escritor, Boff é um expoente da Teologia da Libertação no Brasil, que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo sob a ótica da libertação de injustiças econômicas, políticas e sociais. Em 1985, foi condenado pela Igreja Católica a um ano de “silêncio obsequioso”. Em 1992, ante novo risco de punição, desligou-se da Ordem Franciscana e pediu dispensa do sacerdócio. Sua reflexão teológica abrange os campos da ética, da ecologia e da espiritualidade

A sociedade ocidental chegou ao ponto em que as coisas mais valiosas e prazerosas da vida têm ficado escassas – ar puro, banho de rio em água limpa, gentileza, comer fruta no pé, tempo para cultivar as amizades verdadeiras, amizades verdadeiras. Em sua opinião, por que nos afastamos das nossas aspirações mais essenciais e intangíveis? Teria sido porque, em algum momento da História, deixamos de reconhecer o valor dessas coisas?

As origens de nosso alheamento dos bens naturais, no meu modo de ver, começaram há mais de 2 milhões de anos, quando no processo da evolução surgiu o *Homo faber*. É o primeiro a usar um instrumento rudimentar para dominar a natureza. Até aí, havia um equilíbrio entre ser humano e natureza. Depois começa um processo de intervenção que culminou na dominação. A grande revolução intelectual ocorre com os mestres fundadores do paradigma moderno no século XVII – René Descartes, Galileu Galilei e Francis Bacon, entre outros. Com os modernos, a Terra passa a ser vista como algo meramente material – *res extensa* –, destituída de espírito e de propósito, destinada à manipulação humana. O ser humano se faz *maître et possesseur* (senhor e proprietário) de tudo (Descartes). Aqui nasce a objetivação de todas as coisas, submetidas à investigação humana traduzida em linguagem matemática. Surge um radical antropocentrismo: as coisas somente possuem valor à medida que se destinam a algum uso humano. Elas não possuem um valor intrínseco. Por isso não precisam ser respeitadas nem são sujeitas de direitos. O ser humano agora está sobre as coisas, dominando-as, e não mais com as coisas, convivendo.

Esse processo se radicaliza com a civilização industrial, que explorou até o limite os bens e serviços da natureza. Lentamente, como foi denunciado ainda em 1944 pelo economista húngaro-americano Karl Polanyi (1886-1964), a sociedade *com* mercado se transformou em sociedade *só de* mercado. Ele chamou esse processo de a Grande Transformação. Cabe recordar as palavras proféticas de Karl Marx em 1847, em *Miséria da Filosofia*: “Chegou, enfim, um tempo em que tudo o que os homens haviam considerado inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico e podia vender-se... vir tude, amor, opinião, ciência, consciência etc. – em que tudo passou para o comércio. O tempo da corrupção geral e da venalidade universal”.

Martin Heidegger considera nossa situação tão degradada que disse em entrevista publicada após a sua morte em 1967: “*Nur noch ein Gott kann uns retten*” (somente um Deus nos poderá salvar). Quer dizer, destruímos a naturalidade das coisas. Avançamos tanto nesse percurso que estamos destruindo as bases físico-químicas que sustentam a vida: a Terra precisa de um ano e meio para repor que consumimos em um ano. O resultado

final, já previsto por (Sigmund) Freud em 1933, é “o mal-estar na civilização”. Sentimo-nos saturados de bens materiais, mas desligados dos ritmos da natureza, desenraizados e solitários. Se não houver um salto rumo a um novo paradigma de convivência, respeito e cuidado com tudo o que existe e vive, vamos ao encontro da escuridão, nas palavras de Eric Hobsbawm (*historiador marxista do século XX, morto em outubro de 2012*), em *A Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991*.

A ciência foi duramente criticada pelo filósofo André Gorz, no livro *O Imaterial*, por ter se tornado racional e calculista ao abolir a natureza, substituindo-a por tecnologias pré-programadas e autorreguladas. Assim, segundo ele, a ciência se tornou cúmplice do “projeto do capital de substituir as riquezas primordiais, que a natureza oferece gratuitamente e que são acessíveis a todos, por riquezas artificiais”. Exemplos são o mercado de esperma, de úteros, de genes. O próximo passo seria a “mercantilização” de seres humanos

“geneticamente melhorados, pós-humanos, clonados ou artificiais e de nichos ecológicos artificiais”. O senhor concorda com essa visão?

Creio que essa trajetória é coerente com as opções que nossa civilização já tomou no século XVII: a dominação da Terra e de todos os seus bens e serviços. O problema reside no fato de que ficou claro para a ciência que a Terra é um ente vivo,

chamado Gaia, que não resistirá a este tipo de manipulação. A Terra não precisa de nós. Pode bem ser que ela não nos queira mais sobre sua face e nos elimine como eliminamos uma célula cancerígena. Essa possibilidade pode provir dos próprios seres humanos que criaram uma máquina de morte com armas químicas, biológicas e nucleares que podem destruir toda vida por 25 formas diferentes. E ainda temos a arma ecológica: a degradação das bases de sustentação dos bens naturais. A minha esperança é a de que, esgotado o capital natural, comecemos a “explorar” o capital espiritual: nossa capacidade de conviver com respeito, em sintonia com os ritmos da natureza, sendo mais com menos e dentro de uma sobriedade compartilhada para que toda a comunidade de vida e nós, seres humanos, possamos continuar a nossa trajetória neste planeta. Esse seria o legado maior da crise que estamos sofrendo.

A ambição humana é que teria levado a essa apropriação do intangível, por meio de ferramentas capitalistas, provocando uma distorção de valores ao valorizar o que é supérfluo e desvalorizar o que é essencial?

Tudo tem de ser pensado sistemicamente. Tais processos de radicalização no uso das energias e bens naturais obedecem à lógica antropocêntrica que provocou a nossa ruptura com a



natureza. Perdemos o sentimento de pertença com o todo. Precisamos introduzir uma nova mente (nova visão do mundo) e um novo coração (reanimar a razão sensível e cordial para equilibrar a razão intelectual enlouquecida). Se não conseguirmos essa aliança entre a cabeça e o coração, não teremos motivações para amar e cuidar da natureza, de cada ser que conosco convive. No dia em que o ser humano aprender a respeitar cada mínimo ser, seja vivo, seja inerte, não precisará que ninguém lhe ensine a respeitar o outro ser humano e seus direitos. A ética do respeito, do cuidado e da responsabilidade coletiva nos poderá salvar. O verdadeiro Gênesis, dizia Ernst Bloch (*filósofo marxista do século XX*), não está no começo, mas no fim.

Quando o senhor afirma que é preciso introduzir uma nova mente e um novo coração, a pergunta é: Como? E em que velocidade? Pois a evolução civilizatória parece lenta em comparação à urgência ambiental. Como promover tamanha transformação de forma célere?

A razão sensível é inerente ao ser humano. Está ligada à emergência do cérebro límbico que surgiu há cerca de 210 milhões de anos quando apareceram os mamíferos. Com esse tipo de cérebro irrompeu o que não havia ainda no Universo conhecido: o amor, o cuidado, o afeto e a sensibilidade protetora para com a cria. A nossa dimensão mais profunda é feita de afeto, sensibilidade e cuidado. A razão surgiu bem mais tarde com o neocórtex, perto de 5 milhões a 7 milhões de anos atrás. Portanto, há um descompasso enorme entre um tipo de razão, a cordial, e a intelectual. Ocorre que a modernidade inflacionou a razão intelectual. Chegamos quase à ditadura da razão, como se fosse a única instância a dar conta da condição humana. Mais: a sensibilidade foi recalçada, pois atrapalharia o olhar frio da razão. Hoje sabemos que todo saber está impregnado de afeto e por detrás de todo saber há interesses – basta lembrar o clássico de Jürgen Habermas, *Conhecimento e Interesse* – e o que a física quântica trouxe ao afirmar que tudo tem a ver com tudo em todos os momentos e em todos os pontos em que o sujeito entra na determinação do objeto. Não precisamos inventar nada. Basta fazer um exercício socrático, desentranhar a razão sensível e torná-la um valor civilizatório consciente. Se repararmos bem, somos feitos de paixões, emoções, simpatias e antipatias. Os psicanalistas nos convenceram empiricamente dessa realidade.

Essa razão cordial deve ser evocada na escola, nas relações humanas, nas políticas públicas, em cada palavra e gesto das pessoas. (*Blaise*) Pascal dizia bem nos *Pensées*: “É o coração que sente Deus e não a razão”. Isso se aplica em todos os campos. Somos humanos na medida em que sentirmos o pulsar do coração do outro, da natureza, da Terra e do Infinito. Hoje o

maior crime reside em não nos comovermos com nada, nem com os milhões de famintos, com a devastação do planeta, com guerras de alta destruição. Como disse o papa Francisco, ficamos cínicos, insensíveis e incapazes de chorar diante da desgraça alheia. Essa situação é própria de tempos de barbárie e de desumanização generalizada. Temos de reinventar o ser humano para que aprenda a conviver no planeta com todos os seres que com ele formam a comunidade de vida. Caso contrário selaremos tragicamente nosso destino.

No tempo antigo, a visão integrada do mundo era representada por um Deus uno, que a ciência iluminista, cartesiana e analítica veio combater e assim poder florescer. Existiria hoje um desejo de resgate e uma revalorização da visão holística, integrada, que não necessariamente é religiosa, mas sim entendida como condição fundamental para enfrentar os problemas ambientais globais, com bem-estar e justiça social?

Por todas as partes se nota um cansaço em relação ao consumo e à acumulação de bens materiais. Emerge uma espiritualidade, não como expressão de uma religião, mas como um dado antropológico de base. Temos, além da exterioridade corporal, a interioridade psíquica e também a profundidade, aquela dimensão de nosso profundo de onde emergem as questões radicais: Quem somos? Para onde vamos? Que podemos esperar depois de

nossa morte? Quem se esconde atrás do curso das estrelas? Quem sustenta a totalidade do universo? Ao responder a essas questões que estão sempre na agenda de cada ser humano irrompe a dimensão espiritual.

A moderna neurociência identificou o “ponto Deus” no cérebro. Sempre que se abordam temas que têm a ver com a totalidade, com o sentido da vida e com os sagrados, no lobo frontal, há uma excitação anormal e poderosa dos neurônios. É uma espécie de órgão interno pelo qual captamos aquela Realidade frontal que tudo liga e religa e que dá sentido à totalidade. Ela foi chamada por mil nomes: Tao, Shiva, Javé, Alá, Olorum, Deus. Não importam os nomes. Importa que o ser humano possui uma vantagem evolutiva que lhe abre uma janela para o infinito e para uma energia poderosa e amorosa que o cerca por todos os lados, com a qual pode dialogar, entrar em comunhão e se unir a ela. Ocorre que nossa cultura materialista cobriu este “ponto Deus” com camadas poderosas de indiferença. Mas, ao serem removidas, nos humanizamos mais e mais. E aí descobrimos que somos um projeto infinito, sempre buscando o objeto adequado ao nosso impulso infinito. Quando o encontramos, repousamos e ficamos em paz. A religião com todas as coisas se refaz e nos sentimos realmente parte de um Todo maior.

(Colaborou: **Magali Cabral**) vza

A espiritualidade emerge não como religião, mas como dado antropológico



Novos dinheiros para novas economias

Desde o início da crise financeira, a busca por alternativas econômicas ganhou atenção. Como vamos produzir, distribuir, transacionar? O que pode acontecer com o trabalho, a remuneração, a contratação? Que tipo de moeda será empregada?

Uma neblina de grande transformação econômica tem atravessado as cogitações de muita gente na academia e nos mercados. Enquanto, por um lado, as novas tecnologias abrem possibilidades aparentemente intermináveis, por outro, o modelo esgotado de exploração pura e simples dos insumos naturais deságua em imperativos urgentes de sustentabilidade.

Desde o início da crise financeira, em 2008, e com a recessão que se arrasta em muitos países, a busca por alternativas econômicas ganhou atenção. Soma-se a isso a nostalgia de uma vida marcadamente local, sacrificada em nome da integração dos mercados mundiais, e o desconforto, que às vezes infla até o pavor, com as cifras associadas ao universo financeiro.

As perguntas se enfileiram quando se fala no futuro da economia: como vamos produzir, distribuir, transacionar? Como serão o trabalho, a remuneração, a contratação? Que tipo de moeda será empregada, quem a cunhará e aceitará?

As respostas também vêm em constelação. São conhecidos fenômenos como o DIY (*do it yourself*), que se desdobra no movimento *maker* (mais em *Entrevista à pág. 14*) celebrado em livro homônimo do jornalista Chris Anderson. Sistemas de compra coletiva ou direta com o produtor estão em expansão.

Um caso bem-sucedido é o programa de entrega de cestas de hortifrutigranjeiros sem a intermediação de supermercados. Nas cidades, o movimento Free Cycle permite oferecer e pedir, sem contrapartida, objetos que não se usam mais.

A mais recente polêmica, ilustrativa das possibilidades e limitações de uma economia que se quer nova, envolveu a *sharing economy*, baseada em empréstimo e compartilhamento, mas também



em modos de comércio informais. Profissionais que se sentem lesados protestam, como os taxistas em guerra contra o aplicativo Uber, que faz de qualquer proprietário de automóvel um chofer. Com isso, estudiosos se perguntam se faz sentido chamar de “compartilhamento” a transformação de todo bem pessoal em ativos. Se a resposta for “não”, o que entra em pauta é a necessidade de regulamentar os serviços.

Um dos mais animados campos de batalha nas novas modalidades econômicas não poderia deixar de ser o dinheiro, esse obscuro objeto da economia e do desejo. Por enquanto, só chegaram ao dia a dia das pessoas as plataformas de financiamento, com as quais já se produzem livros e filmes ao redor do mundo. Mas o escopo dessas plataformas é limitado e raros são os projetos que conseguem apoio além de um círculo restrito de conhecidos.

Porém, a inovação monetária é vibrante em outras direções. Dos clubes de troca com moedas temporárias aos complexos algoritmos conhecidos como criptomoedas, multiplicam-se as formas de dinheiro complementar. As motivações para adotá-lo são inúmeras,

como sempre acontece quando é preciso tatear nas invenções. Uma das criações mais antigas é a suíça Wir, unidade contábil inventada por comerciantes de Berna e Zurique nos anos 1930 para compensar a violência dos ciclos econômicos. Segundo o economista Bernard Lietaer, autor de *The Future of Money* e um dos maiores especialistas mundiais em moedas complementares, o Wir garantiu à Suíça um enfrentamento comparativamente suave da Grande Depressão.

No Brasil, o Banco Palmas, capitaneado por Joaquim de Melo, tem tido sucesso no combate à pobreza na periferia de Fortaleza, reforçando os laços comerciais locais e fomentando o empreendedorismo. Em diversas cidades europeias, moedas locais começaram a circular como resposta à crise do euro, e não apenas nos países mais atingidos: a Alemanha e o Reino Unido também têm as suas, eventualmente apoiadas pelo poder público.

O *bitcoin*, criptomoeda mais conhecida, atrai internautas do mundo inteiro, alternadamente com a ambição de contornar a subordinação das moedas nacionais à racionalidade política e ao poder avassalador do sistema financeiro. Seu aspecto especulativo, porém, tem causado fortes oscilações de cotação, o que gera dúvidas sobre seu efetivo caráter de dinheiro.

Impossível dizer para onde a miríade de formas e ideias conduzirá a economia do século XXI. Mas é sempre bom se lembrar do filósofo escocês que, para entender a contingência da vida em sociedade, visitou estranhas oficinas nos arrabaldes das cidades. Nelas, uma nova maneira de produzir alfinetes surgia, à margem das corporações de ofício, em pleno século XVIII. O relato dessa pequena transformação acabaria sendo o testemunho de Adam Smith sobre o nascimento da Revolução Industrial e do mundo moderno.



Sociedade dos excessos

Enquanto o homem contemporâneo idolatra os ícones da evolução tecnológico-científica, perde qualidade de vida nas grandes cidades

POR KARINA NINNI FOTO PAULO MARINUZZI / SELVASP

Há um mal-estar no ar nesses tempos de excesso de informação, de estímulos visuais, auditivos e artificialmente sensoriais: a nítida impressão de que, cada vez mais, as pessoas estão sendo consumidas por aquilo que consomem. A poluição de estímulos é hoje tema recorrente na agenda de acadêmicos de diversas áreas, da Comunicação à Psicologia.

Entre os que estão se debruçando sobre a questão, a conclusão geralmente aponta para duas direções: em primeiro lugar, estamos perdendo o foco. Essa é a teoria do psicólogo americano Daniel Goleman, autor de um clássico da década de 1990, *Inteligência Emocional*. Em seu **→ novo livro** *Foco: a atenção e seu papel fundamental para o sucesso*, o autor dá dicas sobre como se manter concentrado em um mundo com tantas distrações à disposição. Há, inclusive, várias ferramentas on-line para ajudar o internauta a não se distrair, como Concentrate, StayFocused, Antisocial, FocusMe, entre outras.

Em segundo lugar: estamos perdendo a noção do que é realmente importante na vida, do que faz tudo valer a pena. Itens que a antropóloga Françoise Héritier listou em seu livro *O Sal da Vida* (Editora Valentina, 2013). Família, lazer, trabalho voluntário, tempo para pensar ou dedicar-se à espiritualidade, um piquenique no parque com as crianças, tempo para falar com os amigos (ao vivo e em cores, e não pelas redes sociais) ou para descansar a mente. Isso tudo parece ter ficado em segundo plano. Temos ferramentas demais e, na essência, estamos menos disponíveis.

Na década passada, pensadores como o sociólogo italiano Domenico De Masi chamaram a atenção para a importância do ócio como habitat do processo criativo. Essa ideia, no entanto, não é contemporânea. Já aparecia entre as preocupações de Plotino, filósofo neoplatônico que se ocupou de temas como a contemplação e o silêncio. Nos anos 200 d.C. Plotino falava da “contemplação criadora”.

Mas o ato de contemplar tornou-se luxo. Nossa atenção é constantemente requisitada, mesmo quando estamos desconectados. No elevador e no metrô, há circuitos internos de TV. Na cabeleireira, há rádio, TV e wi-fi. Nos ônibus, quase todos usam fones de ouvido – e o motorista escuta o rádio. Nos carros mais modernos, há toda sorte de recursos, que invariavelmente emitem sinais luminosos e sonoros.

As crianças já nascem em meio a um turbilhão de estímulos. Reportagem publicada na revista *Exame Info*, relata que a Academia Americana de Pediatria e a Sociedade Canadense de Pediatria recomendam que bebês de 0 a 2 anos não sejam expostos à tecnologia de aparelhos móveis como celular, *tablets* e jogos eletrônicos. E até os 18 anos o uso desses aparelhos deve ser limitado a duas horas por dia.

Entre as consequências para os que ultrapassam até cinco vezes essa recomendação estão o crescimento cerebral acelerado, atraso no desenvolvimento, obesidade epidêmica, privação do sono, agressividade, criação de dependência, e outros males.

O mundo mudou em uma velocidade que parece superior à nossa capacidade de raciocinar sobre essas mudanças. Eis aí a dor e a delícia do homem contemporâneo.

Abordamos, a seguir, alguns dos principais estímulos com os quais somos bombardeados cotidianamente: sonoros, luminosos e digitais, a ponto de caracterizarem verdadeiras poluições.

➤ Lançado no Brasil em janeiro deste ano pela Editora Objetiva

➤ Acesse em abr.ai/1iLum5X.

O ruído do desenvolvimento

No Brasil, apenas Fortaleza providenciou uma carta acústica, embora São Paulo seja considerada uma das cidades mais barulhentas do mundo

Decibel (dB) é uma unidade logarítmica que indica a proporção de uma quantidade física (neste caso, intensidade) em relação a um nível de referência especificado. Um decibel é um décimo de um Bel, unidade raramente usada, e nomeada em homenagem a Alexander Graham Bell

Um dos desafios de viver em ambientes urbanos é o excesso de barulho. Locais silenciosos em cidades de médio e grande porte são cada vez mais raros. Já existe inclusive um aplicativo, o [stereopublic](#), em que os usuários são chamados a encontrar e compartilhar lugares silenciosos e tranquilos em suas cidades.

Quem pode pagar caro para viver em condomínios distantes das regiões centrais, com áreas verdes que garantam um mínimo de tranquilidade. E mesmo estes enfrentam diariamente a sina de ir e voltar do trabalho em congestionamentos cujo nível de ruído, não raro, bate os 100 → **decibéis**. O máximo que o ouvido humano consegue suportar são 120 db. Expostos por certo tempo a essa intensidade sonora, ou mais, estamos sujeitos à dor e à perda auditiva.

Mas o barulho nas grandes cidades não é um problema contemporâneo. De acordo com a fonoaudióloga e educadora ambiental Márcia Correa, da Universidade Aberta de Meio Ambiente e Cultura da Paz (Umapaz), em 1867, havia no Brasil muitas para carros de bois cujos eixos rangessem por falta de graxa. Em 1912, um ato municipal proibia o estalo de chicotes em cavalos que conduziam carruagens.

O engenheiro especializado em acústica, Davi Akkerman, da Associação Brasileira para a Qualidade Acústica (ProAcústica), lembra que hoje a NBR nº 10.151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), norteia todas as legislações municipais sobre ruído no Brasil. A norma foi referenciada em

Saiba mais em [stereopublic.net](#)

1990 pela Resolução nº 01 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

“Acontece que a última versão dessa norma é de 2000. E, como houve grande degradação acústica nas cidades, muitos dos padrões que estão na norma já não servem mais”, resume Akkerman. Segundo ele, a norma está em revisão há dois anos, mas há grande pressão de diversos setores, de indústrias a concessionárias de rodovias. “O conflito de interesses é muito grande.” O engenheiro ressalta que o grande vilão nas cidades é o tráfego de veículos. E sentencia: “Se as cidades forem deixadas sem controle, a qualidade acústica tende a piorar”.

“As cidades estão mais ruidosas. Todo mundo ouve mais alto e fala mais alto. Isso é um problema de saúde pública, porque todos são atingidos, não importa a classe social”, afirma Márcia Corrêa, da Umapaz, que ajudou a organizar o primeiro curso sobre poluição sonora e os impactos na saúde, promovido em maio pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

“Do ponto de vista do enquadramento do problema, é uma área interdisciplinar. E, para resolvê-lo, é necessário o envolvimento de todos os setores: universidades, ONGs, políticos, instituições”, opina Márcia.

Mesmo dentro de casa, parece que nossos parâmetros se flexibilizaram com o tempo, a tecnologia, a modernidade e a facilidade de comprar qualquer coisa a qualquer preço. Quem foi criança nas décadas de 1950 e 1960 ainda guarda lembranças de como era a vida antes dos brinquedos eletrônicos (e dos sons horríveis que eles fazem). Na década de 1970, época do chamado → **“milagre econômico”**, quando o Brasil entrou no “mapa” como promissor mercado consumidor, os eletrônicos

Dados mais recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) estimam que 10% da população mundial está exposta a níveis de pressão sonora que podem causar perda auditiva induzida por ruído.

passaram a fazer parte constante da vida dos pequeninos. Os que têm entre 40 e 45 anos pegaram bem essa transição. Hoje, em qualquer lugar é possível comprar brinquedos “piratas” ensurdecedores, cujo barulho muitas vezes supera os padrões estipulados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia → **(Inmetro)**.

Isso sem contar a “evolução” da indústria fonográfica, que década após década nos impõe maior intensidade de volume sonoro. “As pessoas estão se acostumando a achar que coisa boa é aquilo que tem bastante volume”, afirma o engenheiro de áudio Beto Mendonça, dono de um estúdio em São Paulo. Basta comparar o volume dos discos de 20 anos atrás com os de hoje.

“A música vem sendo ‘achatada’. O som é comprimido ao máximo para que o volume fique mais alto. Isso provoca uma fadiga auditiva no ouvinte. A pessoa não consegue chegar até o fim da música, ou do disco, e não sabe por quê”, resume Mendonça.

Ele ressalta ainda a perda de dinâmica que o excesso de compressão provoca na música, o que se traduz em perda de qualidade do material final e, em última instância, em “dese-ducação” dos ouvintes.

O tema é caro entre profissionais de áudio na Europa e nos EUA, e leva a *tag* de *The loudness war*. “Há preocupação em discutir um padrão”, afirma Mendonça.

MAPA DE RUÍDOS

Do ponto de vista das políticas públicas, uma das emergências apontadas por especialistas no tema é a elaboração de mapas de ruídos das cidades mais populosas. Na União Europeia, a partir de 2002 as cidades com mais de 200 mil habitantes foram obrigadas a fazer suas “cartas acústicas” (mapa de ruídos). Tiveram cinco anos para a elaboração dos mapas, e depois mais cinco para implementar ações julgadas necessárias para corrigir problemas e manter a tranquilidade de espaços considerados “ilhas” de silêncio.

Para se ter uma ideia do quão longe estamos do nível europeu, em São Paulo, considerada uma das metrópoles mais barulhentas

Saiba mais em [dynamicrangeday.co.uk/about](#)

do mundo, a primeira Conferência Municipal sobre Ruído, Vibração e Perturbação Sonora aconteceu em abril deste ano, por ocasião do Dia Internacional da Conscientização sobre o Ruído, o International Noise Awareness Day (Inad). O evento, realizado na Câmara Municipal de São Paulo por iniciativa do vereador Andrea Matarazzo (PSDB), durou três dias e contou com a presença de diversos especialistas no tema.

No Brasil, a única cidade que tem um mapa de ruídos é Fortaleza. De acordo com Aurélio Brito, coordenador da Carta Acústica na Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente da capital cearense, foi feito um protótipo com base em dados de 1995 – 13 anos antes do início da formatação do mapa.

“Este protótipo serviu para definirmos a metodologia e também como base para um projeto mais sólido. Os resultados obtidos foram pouco divulgados devido à notória diferença entre a base de dados e a realidade da cidade, mas, em alguns casos e setores, foram feitas algumas avaliações”, diz Brito. O projeto encontra-se em fase de atualização de dados.

Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico, que entrou em vigor no dia 1º de agosto e traça as diretrizes para o desenvolvimento da cidade, deixou de fora o mapa de ruídos, vetado pelo prefeito Fernando Haddad (PT). Entre os fatores que podem ter desestimulado o governo estaria o prazo de um ano, considerado insuficiente para a tarefa.

“Um ano, para uma cidade como São Paulo, é realmente pouco tempo. Mas dá para fazer um piloto em um bairro predeterminado. Apesar do veto do prefeito, nós, da ProAcústica, em conjunto com a Câmara Municipal, a Cetesb (*Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental*), o IPT (*Instituto Brasileiro de Pesquisas Tecnológicas*), a SPTrans (*São Paulo Transporte*), a CPTM (*Companhia Paulista de Trens Metropolitanos*) e o Sinduscon (*Sindicato da Construção de São Paulo*), estamos batilhando para implementar um projeto piloto”, afirma Akkerman.

Segundo ele, para mapear por inteiro a São Paulo seriam necessários, no mínimo, cinco anos. (KN)

Segundo o Inmetro, o ruído gerado por brinquedos, independente da faixa etária a qual se destinam, não deve ser maior que 85 decibéis, no caso de ruído contínuo, e 100 decibéis no caso de ruído instantâneo

Estrelas cadentes

Regulamentações para combater o excesso de luz artificial são crescentes no mundo, mas no Brasil ainda existem poucos avanços

POR FERNANDA MACEDO

A energia elétrica trouxe diversos benefícios à sociedade. Graças a ela, foi possível estender a duração da jornada produtiva e das atividades recreativas que exigem luz. As cidades começaram a contar com a iluminação artificial a partir da segunda metade do século XIX. Passados cerca de 50 anos, os astrônomos americanos perceberam que o excesso de luz deixava os céus cada vez mais brilhantes, prejudicando a observação das estrelas e dos astros.

Era o primeiro alerta de poluição luminosa, que corresponde a toda a iluminação utilizada de modo excessivo e inapropriado, de acordo com apostila elaborada pelo Laboratório Nacional de Astrofísica. Hoje, esse tema é um campo multidisciplinar, pois a poluição luminosa tem impactos comprovados sobre os seres humanos e a natureza.

Os efeitos da luz artificial sobre a fauna e a flora já são bem conhecidos. Por exemplo, a exposição prolongada à luz artificial impede muitas árvores de se ajustarem às variações sazonais. Essa mudança traz implicações para espécies que dependem das árvores como habitat natural.

Pesquisas sobre insetos, tartarugas, aves, peixes, répteis e outras espécies selvagens mostram que a poluição luminosa pode alterar comportamentos, áreas de alimentação e ciclo reprodutivo, não apenas nos centros urbanos, mas também nas áreas rurais. Por outro lado, os efeitos da poluição luminosa sobre a saúde humana ainda são incertos, embora haja uma quantidade convincente de evidências que apontam para uma associação

entre a exposição à luz artificial à noite e problemas de saúde, como distúrbios do sono, alterações hormonais e até câncer de mama.

Combater o excesso de luz artificial que causa tantos danos é simples, mas o assunto é pouco divulgado. A **International Dark-Sky Association (IDA)** recomenda que, em toda instalação luminosa, a luz incida única e exclusivamente na área que precisa ser iluminada. Por isso, luminárias que projetam a luz somente em uma direção são mais indicadas, ao contrário daquelas que dispersam iluminação lateralmente ou para cima, cau-

Para colaborar com projetos de ciência cidadã, que buscam alertar o público para o impacto da poluição luminosa, procure o projeto **Globe at Night** ou baixe os aplicativos para **smartphone** **Dark Sky Meter (iOS)** ou **Loss of the Night (Android)**.

sando assim o efeito do brilho – aspecto alaranjado do céu que dificulta a visualização das estrelas. É o caso de muitas luminárias disponíveis no mercado, como os modelos esféricos ou globos de luz, bastante comuns em praças públicas.

Para Tânia Dominici, astrofísica do Museu de Astronomia e Ciências Afins e pesquisadora do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e autora do blog *Polluição Luminosa*, é preciso que “arquitetos, engenheiros e outros envolvidos em construção civil e no redesenho estético das cidades e edificações eliminem essas luminárias de seus projetos”. Segundo ela, nos Estados Unidos já existe certificação para luminárias que considera os critérios de uma iluminação eficiente.

Além de luminárias mal projetadas, há iluminação em excesso nas cidades. A ideia de que iluminar um bairro ou uma região em particular possa reduzir o índice de criminalidade local não é consenso e foi criticada pela IDA. Um programa de iluminação

pública mal concebido, feito sob o critério de combater crime e vandalismo, pode trazer às pessoas uma falsa sensação de segurança e desperdiçar recursos que seriam mais bem gastos no policiamento das ruas. “No Reino Unido, várias cidades estão optando por desligar a iluminação em lugares específicos e têm registrado queda na criminalidade. Há estudos que indicam que a iluminação mal concebida pode incentivar a criminalidade, por ser ofuscante e criar uma cegueira temporária nas pessoas”, afirma Tânia.

Muitos outros países estão avançando no combate à poluição luminosa. O número de regulamentações é crescente no mundo. Uma lei aprovada este ano na França obriga prédios comerciais a desligarem suas luzes a partir de 1 hora da manhã. As luzes de monumentos públicos também são mantidas acesas apenas nas áreas mais turísticas das cidades. O Chile, as Ilhas Canárias e o Havaí também têm desenvolvido ações nesse sentido.

No Brasil ainda existe pouca mobilização em torno do assunto, mas iniciativas como a **certificação Leed**, para construções sustentáveis, têm muito a contribuir. O Brasil ocupa a 5ª posição no ranking em quantidade de edificações certificadas, totalizando 185 empreendimentos. Para obter o selo, o empreendimento precisa apresentar medidas de redução da poluição luminosa nas edificações, levando em

conta a iluminação interna e a externa. “Algumas ações propostas para áreas internas são a redução da potência de luminosidade em ao menos 50%, ou seu total desligamento após o horário da jornada de trabalho comum”, comenta Felipe Faria, diretor da Green Building Council Brasil. Para tanto, os projetos consideram sistemas de monitoramento e controle de iluminação, *timers* para acionamento automático, sensores de presença, painéis de controle de iluminação etc. Outras opções são o acionamento automático de persianas ou aquelas de fachada que permitem a passagem de até 10% da luminosidade da área externa.

A poluição luminosa impede também que um décimo da população mundial tenha a experiência de ver a Via Láctea à noite. De acordo com o relatório *The First World Atlas of the Artificial Night Sky Brightness*, o brilho artificial do céu está acima do limiar da visão noturna.

O fotógrafo australiano Mark Gee produziu um vídeo para promover a Semana Internacional dos Céus Escuros, em abril de 2014, com imagens que ressaltam a diferença entre ambientes com luminosidade excessiva e a visão do céu no escuro. Ele considera que esta pode ser uma boa forma de educar as pessoas sobre o problema, já que as imagens provam que há um espetáculo de estrelas passando sobre as cidades diariamente que não é possível apreciar.

Referência no tema, foi a primeira organização americana a chamar atenção para os perigos da poluição luminosa

O Leadership in Energy and Environmental Design (Leed) é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações. O Green Building Council Brasil oferece cursos sobre a ferramenta

Elaborado por P. Cinzano, F. Falchi, e C.D. Elvidge em 2001, este relatório foi publicado pelo periódico *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society*, um dos principais veículos acadêmicos em Astronomia e Astrofísica. Para assistir, acesse vimeo.com/92093160.

EXCESSO DE CONECTIVIDADE

A vida em bits

Permanecer on-line por tempo ilimitado tornou-se um grave problema de saúde, com impactos também sobre os relacionamentos pessoais e profissionais

Com a popularização da internet, é cada vez mais difícil resistir à tentação de manter-se conectado 24 horas por dia. A expansão do acesso à rede segue em sua trajetória vertiginosa. Pesquisas da agência de estudos em telecomunicações das Nações

Unidas indicam que até o fim deste ano o número de usuários da rede em todo o mundo chegará a 3 bilhões. Isso representa 40% da população mundial.

Veja mais em bit.ly/Zn5ARa.

Acesse a apostila em bit.ly/1y71Nqr. Leia mais em 1.usa.gov/MJTivH. Acesse em darksky.org.

Pacotes turísticos de desintoxicação digital tornaram-se um mercado em expansão

Mas essa fascinação pela vida virtual pode trazer complicações para os fãs da rede. O hábito de permanecer on-line por tempo indeterminado tem sido motivo de preocupação na área médica, a ponto de a Associação Americana de Psicologia reconhecer que essa compulsão pode chegar a ser diagnosticada como transtorno do vício de internet (*Internet Addiction Disorder*).

No Brasil, o acesso à rede alcança 105 milhões de usuários. Há um consenso entre especialistas de que 10% desse total já estejam viciados em internet. Esse percentual tende a ser composto majoritariamente por jovens, que são seduzidos a permanecer conectados até quando estão na rua.

O brasileiro gasta em média uma hora e meia por dia usando *smartphones*. “Quando a gente se conecta, a tendência é perder a noção de tempo. E quando nos damos conta ficamos um tempo muito maior do que a gente previa e podia. É como uma vitrine, você vai olhando uma coisa aqui e outra ali e quando vê ficou tempo demais”, comenta Sylvia van Enck, psicóloga clínica colaboradora do Núcleo de Dependências Tecnológicas e Internet do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, que disponibiliza um teste para avaliar o grau de dependência de usuários da internet [E](#).

A China foi o primeiro país a declarar que o vício em internet é uma doença que precisa ser tratada. Para isso, foram construídas 400 clínicas de reabilitação com camas de beliche em quartos apertados, disciplina militar, sessões de terapia em grupo, medicação compulsória e, claro, nenhum acesso à internet para ajudar seus pacientes a recuperarem a sociabilidade perdida com o vício. Entre os pacientes, a maioria são adolescentes do sexo masculino, entre 13 e 18 anos.

O uso intensivo da tecnologia pode levar ao isolamento social e afetivo. Progressivamente o indivíduo se distancia dos amigos, de familiares e dos colegas de trabalho. No

Japão, o número de pessoas solteiras atingiu uma alta recorde e pesquisas indicam que uma quantidade significativa de homens e mulheres não está interessada em contato sexual. Mas a aversão à intimidade na vida moderna, assim como a preocupação com o uso intensivo da tecnologia digital, não é exclusividade do Japão.

O vínculo afetivo e a oportunidade da troca de experiência no mundo físico possibilitam que o indivíduo se torne pertencente a um núcleo. Quando não existe esse vínculo, a tendência é sentir-se só. “Corre o risco de a pessoa acabar deprimida e com receio de enfrentar o mundo lá fora. As pessoas vão aos poucos abandonando as atividades de rotina, inclusive negligenciando aspectos de alimentação e higiene”, comenta Sylvia.

Mas antes de se tornar diagnosticamente viciados, os hiperconectados podem buscar alternativas para lidar de forma homeopática com esse problema. Uma opção são os pacotes turísticos de desintoxicação digital, mercado em expansão atualmente. Hotéis que oferecem tratamentos na linha do “desconectar para se reconectar” incluem sugestões de programas off-line para aproveitar o dia em áreas isentas de qualquer tecnologia, desde televisão até os modernos tablets.

O próprio *smartphone* pode ser um aliado na redução da compulsão no uso da rede. O aplicativo Moment ajuda a diagnosticar o nível de dependência digital, monitorando o tempo gasto no aparelho e estabelecendo limites diários de uso.

O avanço das tecnologias digitais é um caminho sem volta, por isso, qualquer solução para o uso excessivo deverá considerar que a internet estará sempre à disposição do usuário. Para Sylvia, o caminho para resgatar a importância do contato físico é o exercício do autocontrole. Por exemplo, incluir na agenda atividades ao ar livre, academia, demandas de trabalho e de estudo, além do tempo previsto

para a internet. “Passar a controlar o tempo de conexão é fundamental para trazer para si o controle desse uso”, conclui a psicóloga.

IMPACTO NO TRABALHO

Viver conectado tem suas vantagens. Muitos argumentam que os *smartphones* permitem cumprir horas de trabalho de forma mais flexível e com maior autonomia. Mas preocupa a percepção de que é cada vez mais difícil desconectar-se totalmente do trabalho ao fim do dia, ou nos momentos de folga.

Uma pesquisa feita pela consultoria TI Solar Winds revela que as empresas esperam que seus funcionários trabalhem mais rápido e cumpram prazos menores por estarem mais conectados. Além disso, é gerada uma expectativa de que o funcionário permaneça disponível em qualquer hora ou lugar.

Essa condição é mais um fator de estresse em rotinas já bastante concorridas em termos de tempo. A professora Janiene Santos, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), diz que, diante das transformações tecnológicas e do modo de vida urbano, tem faltado mais tempo livre do que jamais faltou em outras décadas.

A velocidade da rede e a disponibilidade de tanta informação acabam se refletindo no comportamento das pessoas (*mais sobre a falta de tempo na reportagem “Os novos luxos”, edição 59, em bit.ly/1DbJWPb*).

De fato, mudanças tecnológicas, como o acesso à internet, têm contribuído para a intensificação da jornada de trabalho. Uma vez que o tipo de gestão empresarial predominante é orientado por metas e objetivos, o funcionário precisa cumprir sua tarefa independentemente da quantidade de horas trabalhadas. Se não der conta durante a jornada

formal, terá de terminar o trabalho em casa.

“E o pior é que não se consegue contabilizar essas horas, ou seja, além de a jornada formal já ser longa, das horas extras e de ter um tempo de trabalho denso e flexível, você ainda tem um tempo de trabalho que invade o seu tempo de não trabalho, pelo celular, computador etc.”, observa Ana Cláudia Moreira Cardoso, professora da Escola → Dieese de Ciências do Trabalho e pós-doutora no tema da intensidade do trabalho, do tempo de trabalho e da saúde do trabalhador.

O Brasil é um dos países com uma das maiores jornadas de trabalho do mundo – 44 horas semanais – e, além disso, não possui limites de horas extras anuais. Esses e outros argumentos têm sido usados pelo Dieese em uma → **campanha pela redução da jornada de trabalho no Brasil** [E](#).

A redução da jornada virou bandeira no Brasil e no mundo

Além de contribuições para a qualidade de vida, a redução da jornada de trabalho poderia gerar impactos positivos para a economia e para o meio ambiente – pontos que podem ser conferidos no livro *Time on Our Side*, elaborado pelo NEF, uma instituição de pesquisa do Reino Unido [E](#).

Recentemente, o bilionário mexicano do setor de Telecom, Carlos Slim, sugeriu a redução da jornada para três dias semanais e já começou a pôr a ideia em prática em sua empresa, a Telmex. Segundo ele, com essa diminuição de horas trabalhadas, os empregados terão tempo para relaxar e ficarão mais produtivos.

No Brasil, algumas empresas também têm experimentado premiar seus funcionários com tempo livre. A Coca-Cola, por exemplo, oferece seis dias livres ao longo do ano para seus empregados. “Acreditamos que as pessoas devem ter bom senso para se organizar de forma viável dentro de suas necessidades, sem prejudicar a sua vida pessoal. Por outro lado, entendemos que é fundamental incentivar nossos funcionários a terem outras atividades e interesses fora do escritório”, diz Raíssa Lumack, vice-presidente de Recursos Humanos da Coca-Cola Brasil. (FM)

[E](#) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – desenvolve pesquisas para fundamentar reivindicações do trabalhador

[E](#) Estudo do Dieese aponta que redução da jornada em 4 horas criaria cerca de 3,2 milhões de novos empregos, e representaria um impacto de apenas 1,99% nos custos totais das empresas

[E Acesse em \[dependenciadeinternet.com.br\]\(http://acesse.em.dependenciadeinternet.com.br\)](http://acesse.em.dependenciadeinternet.com.br)

[E Para saber mais, acesse \[bit.ly/1tXEU2g\]\(http://bit.ly/1tXEU2g\)](http://bit.ly/1tXEU2g) [E Para saber mais detalhes, acesse \[goo.gl/LFWQrW\]\(http://goo.gl/LFWQrW\)](http://goo.gl/LFWQrW)



Vida **empacotada**

Empresas avançam sobre bens comuns materiais e imateriais para desenvolver novos produtos e nos convencer a pagar pelo que um dia já foi gratuito

POR FÁBIO RODRIGUES FOTO FELIPE GABRIEL / SELVASP

Quer matar as saudades daquele cheirinho da grama recém-cortada? Ou, quem sabe, prefira o odor da chuva? Seus problemas acabaram! Esses são apenas 2 dos 250 aromas disponíveis no catálogo da Demeter Fragrance Library [■](#), empresa nova-iorquina que vive de vender fragrâncias “inspiradas em objetos e experiências do dia a dia”. Por enquanto, a marca não embarca seus produtos para o Brasil, mas bastam uns minutinhos de pesquisa na internet para encontrar quem o faça. Tudo, é claro, por um preço módico e mais custos de postagem.

[■ Acesse em demeterfragrance.com.](http://demeterfragrance.com)

Quando se infringe o direito de usufruto dos bens comuns, cria-se o cenário para que sejam vendidos

Não é a primeira vez – nem será a última – que uma empresa fatura oferecendo produtos e serviços que, de tão triviais, beiram o ridículo. Essas histórias de sucesso servem como prova de conceito para um fenômeno que tem desdobramentos bem mais profundos: é relativamente fácil construir produtos e serviços inspirados em → **recursos comuns** que estão disponíveis a todos. Em alguns casos, basta empacotá-los.

Em princípio, não há nada de errado em explorar uma oportunidade. Mas nem sempre a criação de um novo produto será tão inócua como com os cheirinhos nostálgicos da Demeter. Não faltam casos em que, para serem empacotados, os bens comuns precisam se tornar menos disponíveis; seja pela via da privatização pura e simples, seja como consequência da chamada → **tragédia dos comuns**. “A única maneira de um produto ter valor de venda é restringir o acesso. Quanto mais escasso, maior o valor comercial”, explica o economista e professor da PUC-SP Ladislau Dowbor.

Um exemplo foi o que aconteceu na cidade paulista de Bertioga depois do lançamento da → **Riviera de São Lourenço** no final dos anos 1970. Praias públicas passaram a ter seu uso praticamente restrito aos moradores do condomínio, acessado por uma única entrada que delimita o espaço. “Quando eu era mais jovem, costumava nadar lá. Hoje, só poderia entrar naquelas praias se comprasse um imóvel”, exemplifica Dowbor.

Isso não significa que todos os processos do tipo sejam tão evidentes. “Eles vão comendo pelas bordas”, alerta o sociólogo Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). “É pelas ações sociais que um bem se torna comum. É a prática que o consagra, ou o privatiza”, completa o sociólogo.

A fala dos dois entrevistados se sobrepõem. Para Ladislau, quando o direito de usufruto dos comuns começa a ser infringido, está criado o cenário para que eles sejam empacotados. “Você obriga as pessoas a criarem soluções privadas”, sintetiza.

BRINCADEIRA SÉRIA

Foi justamente nesse processo de erosão que aspectos fundamentais da vida cotidiana foram empacotados. A relação com a cidade é um caso paradigmático.

Tomemos, por exemplo, a forma radical como a infância urbana mudou em pouco mais de uma geração. Para qualquer pessoa na casa dos 30 anos ou mais, boa parte das memórias infantis envolve brincadeiras na rua com pouca ou nenhuma supervisão adulta. Hoje, um pai que deixasse seus filhos brincarem sozinhos na rua provavelmente teria de dar explicações ao Conselho Tutelar.

Segundo a coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Simbolismo, Infância e Desenvolvimento (Nepsid), Adriana Friedmann, muitos fatores convergiram para esse resultado. “Os mercados imobiliário e automobilístico tomaram os espaços públicos. Mas também temos a violência urbana e as mães que entraram no mercado de trabalho”, pontua a pedagoga.

Não demorou até que empresas de diferentes ramos descobrissem aí um filão. No setor imobiliário, a garantia de um espaço seguro para os filhos de seus compradores tornou-se um argumento de venda para os empreendimentos equipados com estrutura de → **lazer completo**.

“Eles vendem lazer completo, mas o lazer seria ainda mais completo se fosse a cidade”, ironiza a psicóloga Laís Fontenelle. Ela atua como consultora do Instituto Alana, organização da sociedade civil que se tem notabilizado pela defesa dos direitos da infância e está por trás da produtora Maria Farinha, responsável pelos documentários *Muito Além do Peso*, *Criança, a Alma do Negócio* e *Tarja Branca*.

Como os condomínios tendem a ser socialmente homogêneos, as crianças terminam presas em uma bolha social que reduz suas oportunidades de convivência com grupos externos. “Isso é muito ruim para o cresci-

mento, porque elas ignoram que o mundo vai além do que elas conhecem”, critica Adriana.

Crianças cada vez mais trancafiadas – tanto em casa como nas escolas – também são empurradas para um estilo de vida mais sedentário. O fato de as crianças terem menos oportunidades para descarregar sua energia, somado à sobrecarga de atividades extracurriculares imposta por pais ansiosos por garantir o futuro dos filhos, pode ser um dos motivos do aumento na prescrição de medicamentos psiquiátricos para crianças.

Com 2,6 milhões de caixas compradas no ano passado, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Brasil se tornou o segundo maior consumidor de → **Ritalina**, em termos absolutos, atrás somente dos EUA. “A falta de atividade física somada à inadequação de conteúdos escolares levam a essa inquietação, e a medicalização acaba sendo o caminho mais fácil para resolver o problema”, lamenta Adriana.

RESGATE

Nem todo o empacotamento da infância vem necessariamente para o mal. Há uma nova geração de empreendimentos desenhados para acolher as crianças da melhor forma possível. Uma das pioneiras dessa onda é Luciane Motta, que há cerca de cinco anos fundou a Casa do Brincar. Ao contrário de uma escola ou berçário tradicional, lá é possível fechar pacotes por hora e não se aceitam crianças em período integral.

Ela conta que percebeu a carência desse tipo de serviço depois de se tornar mãe e optar por tirar um ano sabático para se dedicar à prole. O ponto de virada foi a descoberta de uma loja de brinquedos educativos que, paralelamente, realizava sessões de brincadeiras centradas no desenvolvimento psicomotor das crianças. Não precisou de muito para que ela intuísse que ali havia um nicho. “São famílias que não querem que seus filhos entrem na escola prematuramente ou que desejam uma atividade complementar”, destaca a empresária.

Há mais coisas fermentando. Adriana, por exemplo, mostra-se moderadamente otimista com a retomada de espaços públicos perdidos – principalmente praças e parques. “É um contramovimento muito interessante que está acontecendo”, entusiasma-se. A Ala-

na é uma das organizações que vêm puxando esse movimento, por meio de uma ação chamada SlowKids, que reúne pais e filhos em espaços públicos. “Em vez de as famílias irem ao shopping, queremos que os pais desacelerem e reflitam”, explica Laís.

O certo é que o processo é reversível – ao menos em parte. Na década de 1970, moradores do bairro De Pijp, em Amsterdã, Holanda, compararam essa mesmíssima briga e conseguiram o fechamento de ruas à circulação de automóveis para que as crianças pudessem brincar sossegadas.

MOCHILÃO

Sair das cidades com destino a algum paraíso isolado não é garantia de fuga dos empacotamentos. O turismo, afinal, é um campeão nesse quesito. “Para criar um produto turístico, pega-se um hotel e uma série de bens comuns, como uma paisagem natural ou uma manifestação cultural, e põe um preço”, descreve Mariana Madureira. Junto com Marianne Costa e Lucila Egidio, ela é sócia da Raízes Desenvolvimento Sustentável, empreendimento social que desenvolve projetos turísticos com base no conceito de → **turismo de base comunitária** (TBC) e trabalha com comunidades de ceramistas do Vale do Jequitinhonha.

Ficaram para trás os dias de turismo alternativo “ingênuo”, em que bastava colocar uma mochila nas costas e passar uns dias em alguma comunidade de pescadores. “Quando você faz um mochilão desses, em que se hospeda na casa de um pescador, o produto turístico não existe. Para ser considerado assim, precisa ser uma ‘coisa bem-acabada (formatada)”, explica o gestor da Pousada Uacari, do Instituto Mamirauá, Gustavo Pereira.

O potencial predatório da indústria do turismo é famoso. Não faltam exemplos de comunidades tradicionais que acabaram expulsas para abrir espaço para um novo resort ou outro empreendimento. “Foi o que aconteceu no Pelourinho (em Salvador). As famílias que moravam lá foram removidas com a desculpa de requalificar a região que, hoje, tem hotéis e restaurantes de luxo”, protesta o entrevistado. Nesse sentido, o empacotamento da experiência turística pode até ser a atitude

→ **Classe de recursos, tanto naturais como feitos pelo homem, dos quais todos podem usufruir sem a necessidade de pagamento**

→ **Armadilha descrita pelo biólogo Garrett Hardin. Como os benefícios da exploração de um bem comum são individuais, e a responsabilidade por sua conservação é difusa, cria-se um padrão que pode levar à superexploração e eventual exaustão**

→ **A Riviera é um condomínio fechado ocupado, quase exclusivamente, por imóveis de veraneio de alto padrão**

→ **Um condomínio com “lazer completo” tende a possuir estrutura similar a de um clube incluindo – mas não limitado a – piscinas, quadras poliesportivas, áreas verdes e playground**

→ **Nome comercial do metilfenidato, medicamento usado no tratamento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).**

→ **Conceito que procura envolver mais ativamente a comunidade local na atividade turística, tanto no planejamento quanto na divisão dos benefícios**

→ **Para assistir, acesse goo.gl/CtLRyK. Disponível em goo.gl/pKlo5N.**

→ **Acesse o documentário em goo.gl/Yp4Cpl.**

A expansão recente do capitalismo, na economia do conhecimento, invadiu o imaterial e o simbólico

mais prudente para conservar riquezas naturais. “Se as comunidades não conseguirem se apropriar dessa riqueza e se fortalecerem, a indústria do turismo de massa pode chegar e acabar com aquele patrimônio. É uma questão de tempo”, aponta Mariana.

O segmento começa a dar sinais de maturidade. Gustavo conta que há cerca de cinco anos foi formada a Central de Turismo Comunitário da Amazônia, que procura organizar as iniciativas nos estados amazônicos. O Instituto Mamirauá também organiza cursos para multiplicar um pouco dos 15 anos de experiência em TBC. A Raízes também está caminhando nesse sentido e ajudando na gestão do Projeto Bagagem, ONG que apoia a estruturação de iniciativas nessa área.

LIKES E ENDORFINA

Nem a nossa dimensão mais íntima está a salvo. A publicidade emocional está em alta com campanhas que dão mais peso a apelos emocionais do que às funcionalidades dos produtos que tentam vender. “Os cursos de graduação ensinam isso em muitas disciplinas técnicas, os livros texto apregoam isso”, preocupa-se Ana Paula Bragaglia, professora da Universidade Federal Fluminense.

O fenômeno não é novo, mas tem ganhado espaço nos últimos anos. Uma das explicações é o fato de que os diferenciais em termos de produto estariam cada vez mais rarefeitos. Com as marcas comercializando praticamente as mesmas coisas, foi preciso encontrar outros caminhos para diferenciá-las. “Um deles é por meio da criação de vínculos emocionais com um consumidor”, explica a professora.

As redes sociais também têm sido bastante criativas em descobrir formas de empacotar a subjetividade. “O Facebook permite ter o nosso ‘eu’ validado e isso é viciante do ponto de vista fisiológico: quanto mais likes, mais endorfina”, diz Bia Granja, cofundadora do youPIX, maior festival dedicado à cultura de internet do Brasil.


Não quer dizer que Mark Zuckerberg seja algum tipo de vilão de opereta. “Eu não gosto


muito dessa demonização. No fundo, foram as pessoas que foram para lá e fazem a evasão da privacidade”, avalia Bia, para quem o usuário médio não está assim tão preocupado com a forma como a rede social mais popular do mundo usa seus dados.

E não é como se as pessoas saíssem totalmente de mãos vazias de sua relação com o Facebook – ou qualquer plataforma do tipo. “Os usuários utilizam as redes sociais à medida que estas oferecem algum valor a ser apropriado (por seus membros). Quando esse valor decresce, o uso também cai”, resume a pesquisadora da Universidade Católica de Pelotas, Raquel Recuero.

Talvez mais preocupante nem seja a forma como o Facebook usa os dados privados dos usuários, mas a maneira como ele filtra o que cada um vê. “Acho isso perigosíssimo, porque cria uma bolha que empobrece a visão de mundo dos usuários”, completa Bia. O que não é um processo lá muito diferente da bolha social que os condomínios fechados criam em torno de seus moradores – adultos ou crianças. Só muda do varejo para o atacado.

Essa é uma transformação trazida pela emergência da economia do conhecimento: o avanço da noção de propriedade sobre o imaterial. “A expansão recente do capitalismo invadiu o imaterial e o simbólico. Passamos a achar normal a privatização dos conhecimentos”, problematiza Cândido Grzybowski.

É parte do processo que Ladislau Dowbor chama de “economia de pedágio” e que pode ajudar na ingrata tarefa de distinguir os empacotamentos tóxicos dos que são legítimas oportunidades de negócio. A chave está na liberdade. “Você só pode montar uma padaria, por exemplo, se as pessoas tiverem liberdade de trafegar pelas ruas. Então, uma coisa é você aproveitar as liberdades de acesso aos bens e conhecimentos para criar produtos; outra é fragmentar esse potencial e criar pedágios no caminho”, elucida. 

 Leia a íntegra da entrevista com Clóvis de Barros Filho na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22.

REGINA SCHARF

Jornalista especializada em meio ambiente, escreve para os blogs *De Lá Pra Cá* (fgv.br/ces/pagina22) e *Deep Brazil*

coluna



A fome dos sem-saneamento

As doenças disseminadas pelo esgoto criam um círculo vicioso de subdesenvolvimento. Há pesquisas que até correlacionam micro-organismos e prêmios Nobel

Saneamento básico é um luxo distante para 1 bilhão de pessoas que evacuam ao ar livre e outros 2,5 bilhões que não têm acesso a latrinas → **decentes**. Ani-

Segundo a ONU, 1,9 milhão de pessoas passaram a ter acesso a algum tipo de sanitário entre 1990 e 2011. Mas ainda estamos longe de cumprir a meta dos Objetivos do Milênio, de redução à metade da porcentagem de sem-latrina na população global

mação veiculada no *The Guardian* mostra que há mais pessoas no mundo com celulares do que banheiros (*assista em goo.gl/VEvKQq*). É um problema que não se limita à higiene. Um número crescente de estudos tem indicado que a inexistência da coleta de esgotos pode gerar um quadro de desnutrição crônica. E, em última instância, as doenças disseminadas pelo es-

goto a céu aberto criariam um círculo vicioso de subdesenvolvimento. Isto é particularmente evidente na Índia, onde a metade da população não tem acesso a banheiros. Crianças indianas nascidas em regiões relativamente prósperas, de famílias que têm pequenos rebanhos de cabras e estoque de mantimentos, apresentam níveis de desnutrição piores do que os observados na África Subsaariana. Cerca de 65 milhões de indianos com menos de 5 anos têm estatura abaixo da média – e este número inclui um terço dos filhos das famílias mais ricas do país. Seus organismos são obrigados a gastar muita energia para combater as infecções derivadas da exposição ao esgoto, onipresente em suas comunidades.

“Os corpos dessas crianças desviam energia e nutrientes que seriam destinados ao crescimento e ao desenvolvimento do cérebro para outra prioridade, a luta contra infecções”, diz Jean Humphrey, professor de Nutrição Humana da Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health, em reportagem recente do jornal *The New York Times*.

Trata-se de uma informação determinante para as estratégias de combate à fome – mas ignorada até recentemente pelas Nações Unidas e organizações humanitárias. Um relatório sobre desnutrição infantil publicado em 2012 conjuntamente pelo Unicef, a Organização Mundial da Saúde e o Banco Mundial nem sequer menciona a correlação entre a falta de saneamento e o baixo peso em crianças.

Mas isso estaria começando a mudar. Em um documento divulgado em novembro pelo Banco Mundial, a organização admite que investimentos em saneamento podem melhorar a capacidade cognitiva infantil. Essa posição é corroborada por vários acadêmicos. “Nossa pesquisa demonstrou que crianças de 6 anos que foram expostas ao programa de promoção do saneamento da Índia no seu primeiro ano de vida estavam mais propensas a reconhecer letras e números simples em testes educacionais do que aquelas que não foram expostas”, diz o economista Dean Spears em entrevista ao diário indiano *The Hindu*.

Spears está cursando uma pós-graduação sobre saúde infantil em países em desenvolvimento na Universidade

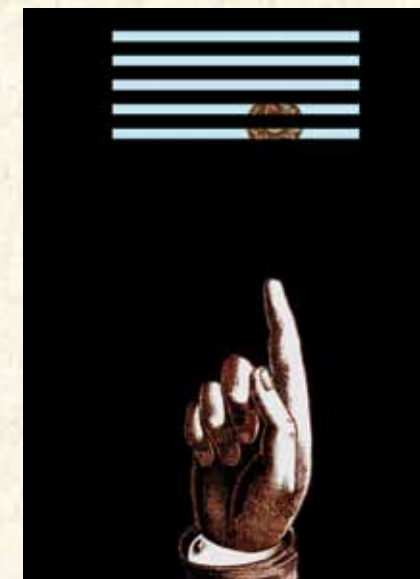
de Princeton, nos Estados Unidos. “A diferença na altura média de crianças indianas e africanas pode ser completamente explicada pelas diferentes porcentagens da população que evacua ao ar livre”, declara.

A ciência também começou a associar o saneamento ao grau de inovação de uma dada sociedade. Por que a Dinamarca tem um número de prêmios Nobel *per capita* muito maior do que a Itália?, pergunta-se Damian Murray, pesquisador do Departamento de Psicologia da Universidade da Califórnia em Los Angeles. A explicação, ele escreve, em artigo recém-publicado no *The Journal of Cross-Cultural Psychology*, parece estar no fato de que a Dinamarca tem uma incidência muito menor de doenças causadas por micro-organismos.

Murray especializou-se no estudo do impacto de variáveis ecológicas na capacidade cognitiva, na personalidade e nas diferenças interculturais. Nesse trabalho, ele estabelece uma correlação entre a incidência de doenças causadas por micro-organismos e cinco indicadores da capacidade inovativa, inclusive a conquista do Nobel, nos 161 países analisados. “A prevalência de patógenos permite prever de forma significativa a ocorrência da inovação, quando há controle estatístico de outras supostas causas de variação intercultural, como a educação, a riqueza e a estrutura populacional”, escreve.

O pesquisador especula, então, que programas de vacinação seriam bons instrumentos para se criar uma atmosfera cultural que encoraje a inovação.

Investimentos em segurança alimentar podem dar com os burros n’água em comunidades que vivem imersas nos seus próprios esgotos, como nas favelas e palafitas Brasil afora. O acesso a uma estrutura mínima de saneamento é essencial para que esses grupos saiam da miséria extrema.





Pode **levar**

Praticamente toda semana, Nano Gontarski pendura potes improvisados com mudinhas de manjeriço na frente de sua casa, no bairro paulistano de Pinheiros. “Nem sei quantas já doei”, conta. Ele acredita que, assim, outras pessoas tomarão gosto por produzir mais alimentos em casa. Assim que a plantinha enraíza, lá vai ele doá-la ao mundo.

“Minha principal motivação é pensar que, levando essas mudinhas, as pessoas tenham, por menor que seja, interação com uma planta”, diz. Mas seu prazer é também o de mexer na terra e experimentar. Ele agora tenta produzir salsinha e erva-jambu. Esta fotografia Nano tirou quando saía para o trabalho. A nós, da PÁGINA22, conta que não imaginava que a foto iria parar longe. Assim são as sementes, não é mesmo? – **Amália Safatle**

amaggi.com.br



Nossas ideias sobre sustentabilidade vão muito além do papel.



Utilize um leitor de QR Code em seu celular e conheça mais sobre a AMAGGI e suas práticas sustentáveis.



AMAGGI
COMPUTER | AÇO | MADEIRA | ENERGIA

A aviação do futuro
passa por aqui.



A GOL é a primeira companhia aérea brasileira a fazer voos comerciais e internacionais com biocombustível, fonte renovável de energia. Além disso, a GOL participa de diferentes organizações nacionais e internacionais para o desenvolvimento desse combustível, dentre elas a Plataforma Brasileira de Bioquerosene, e ainda ganhou o selo Ouro do GHG Protocol pelo terceiro ano consecutivo.

Essa é a GOL, voando para um futuro melhor e sustentável.

Voe do seu jeito. Voe GOL.

GOL

Linhas aéreas inteligentes.

www.voeGol.com.br